

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais. Lisboa e o Programa “Uma Praça em cada Bairro”

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território

Clarissa Machado Rocha

Orientador: Prof. Doutor João Seixas



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



NOVAFCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Lisboa e o Programa “Uma Praça em cada Bairro”

Copyright © Clarissa Machado Rocha, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

"As cidades têm a capacidade de fornecer algo para cada um de seus habitantes, apenas porque, e somente quando, elas são criadas por todos".

Jane Jacobs

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação reproduz o resultado não só de um trabalho, mas de um capítulo importante na minha vida e na minha formação. A concretização desta etapa é fruto do meu esforço e da minha persistência em alcançar os meus objetivos. É a conclusão de uma etapa dura que não seria possível, se não tivesse o apoio da minha Família e dos meus Amigos.

Aos meus pais, Carlos e Élida, meus heróis, por todo apoio e incentivo nas horas difíceis além do amor incondicional. A minha irmã Juliana que me fez querer ser um exemplo e sempre me fazer dar risadas. A meus primos e tios, que vibraram comigo cada vitória e por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus avós, Miguel e Gelsumina, exemplos de amor e honestidade, figuras de grande importância em minha formação.

Aos novos amigos Victor, Luisa e Taina, companheiros de trabalhos e minha família fora de casa que fizeram meus dias melhores e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Ao meu marido Matheus por embarcar comigo nessa aventura de cruzar o oceano em busca, pelo carinho, a paciência e o incentivo que me deram força para seguir em frente.

Ao Professor Doutor João Seixas pela disponibilidade, paciência, apoio e incentivo nos momentos de maior ansiedade e pelos ensinamentos imprescindíveis ao longo desse percurso de orientação que tornaram possível a conclusão desta tese.

E finalmente agradeço a Deus, por colocar todas essas pessoas especiais em minha vida.

A todos vocês, muito obrigado.

RESUMO

A composição do tecido urbano deve ser compreendida como uma malha continua que resulta da interação dos seus componentes - as parcelas e o espaço público, em que o espaço público é a rede que estrutura a área edificada e que resiste para além desta. O espaço público, principalmente a praça, representa assim uma área de imensa importância na cidade, que assume um amplo conjunto de usos e promove relações sociais, além de ser um espaço privilegiado para o exercício da cidadania da comunidade.

Neste trabalho pretende-se problematizar a valorização dos espaços públicos destinados as praças, bem como a requalificação urbana para se tornarem espaços inclusivos, fornecendo bem-estar e agradabilidade na qualidade de vida das populações, de modo a responder uma questão principal: *Como integrar a requalificação dos espaços públicos nas políticas de coesão e fomento da qualidade de vida urbana?*

O tema é abordado através da pesquisa de obras teóricas e exemplos práticos. No campo teórico é feita uma breve revisão da literatura sobre espaços públicos urbanos - praças, direito à cidade e cidadania. No âmbito pratico coloca-se em análise o programa de requalificação de espaços públicos “Uma Praça em cada Bairro” da cidade de Lisboa. Para essa análise foi estruturado um referencial de avaliação da qualidade do espaço público com base em metodologias abordadas ao longo do trabalho. Esse referencial foi então aplicado em três locais que sofreram requalificação através do programa “Uma Praça em cada Bairro” para construção de uma análise crítica das acções e resultados do programa.

Tendo em vista a pesquisa realizada pode-se concluir que os espaços públicos desempenham um papel fundamental nos processos de coesão urbana. O espaço público é um conjunto complexo de elementos, vinculados e relacionados de forma dinâmica, e é essa complexidade de espaços, conexões e complementaridades que torna necessário considerar a “rede de espaços públicos” como ponto chave para o avanço da coesão urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Público, Praças, Políticas Urbanas, Direito à Cidade, Cidadania, Qualidade de Vida, Planeamento Urbano, Requalificação Urbana.

ABSTRACT

An urban fabric composition must be understood as a continuous mesh that results from the interaction of its components - such as plots and public space, where public space is a network that structures the built area and resists beyond it. Public space represents an area of important importance in the city, which assumes a wide range of uses and promotes social relations, in addition to being a privileged space for the exercise of community citizenship.

This paper intends to problematize the valorization of public spaces used as squares, as well as the urban requalification to make inclusive spaces, provide well-being and pleasantness in people's quality of life, in order to answer a main question: *How to integrate the requalification of public spaces in cohesion policies and promotion of urban quality of life?*

The subject is approached through the research of theoretical works and practical examples. In the theoretical field, a brief review of the literature on urban public spaces, the right to the city and citizenship is made. In the practical area, the program of public spaces requalification "One Square in each Neighborhood" of the city of Lisbon is under analysis. For this analysis a framework for assessing the quality of public space was structured based on methodologies approached throughout the work. This framework was then applied to three sites that were requalified through the "One Square in Each Neighborhood" program to construct a critical analysis of the program's actions and results.

In view of the research, it can be concluded that public spaces play a fundamental role in urban cohesion processes. Public space is a complex set of dynamically linked and related elements, and it is this complexity of spaces, connections and complementarities that makes it necessary to consider the "network of public spaces" as a key point for the advancement of urban cohesion.

KEYWORDS: Public Space, Urban Squares, Urban Policies, Right to the City, Citizenship, Quality of Life, Urban Planning, Urban Requalification.

Índice

1.	Introdução.....	1
1.1.	Metodologias.....	7
1.2.	Estrutura da dissertação.....	9
2.	O que é Espaço Público.....	11
2.1.	Conceito.....	11
2.2.	Os Espaços Públicos na actualidade.....	19
2.3.	A importância das praças.....	23
2.4.	As Praças e o Direito à cidade.....	28
3.	A Requalificação dos Espaços Públicos.....	33
3.1.	Conceitos.....	33
3.2.	Programas de intervenção e requalificação do espaço público urbano.....	37
4.	Estratégias e Parâmetros de qualidade do Espaço Público.....	41
4.1.	Metodologias de avaliação do espaço público.....	47
	- Diagrama do Lugar.....	48
	- DGOTDU.....	50
	- Avaliação PSSS.....	53
4.2.	Síntese da avaliação da qualidade do espaço público.....	60
5.	Lisboa: “Uma Praça em cada Bairro”.....	64
5.1.	Conceito e Objectivos.....	64
5.2.	Metodologia do programa.....	67
5.3.	Casos de Estudo.....	72
5.3.1.	Largo de Santos.....	73
5.3.2.	Praça Duque de Saldanha.....	84
5.3.3.	Largo do Leão.....	95
6.	Análise Comparativa e Crítica.....	105
7.	Conclusão.....	109
	Bibliografia.....	111

Lista de Figuras

Figura 1 – Exemplo de Intervenção do PREP, México. (Centro Urbano, 2016)	4
Figura 2 – Poblenau antes da intervenção. (Public Space, 2018)	4
Figura 3 – Poblenau após intervenção. (Public Space, 2018).....	4
Figura 4 – Guia Global do Espaço Público: de princípios globais a políticas e práticas locais. (UN HABITAT, 2015)	5
Figura 5 – Reconstrução da Àgora de Atenas. (Autor desconhecido)	13
Figura 6 – Fórum romano. (Autor desconhecido).....	13
Figura 7 - Piazza del Campo – Sienna, Itália	15
Figura 8 - Praça do Capitólio – Roma, Itália	15
Figura 9 - Piazza di San Pietro no Vaticano.	15
Figura 10 - Paris de Haussman. (Autor desconhecido)	17
Figura 11 - Barcelona de Cerdá. (Autor desconhecido)	17
Figura 12 – Plano Piloto de Brasília, Brasil. (Autor desconhecido)	17
Figura 13 - Superkilen, Copenhague (2012)	18
Figura 14 – Praça Mauá, Rio de Janeiro (2015)	18
Figura 15 - – Projecto Cidade da Água, Almada (2016)	20
Figura 16 – Parque Madureira, Rio de Janeiro (2015).....	20
Figura 17 – High Line, Nova York (2014)	22
Figura 18 – Parque das Nações, Lisboa (1998)	22
Figura 19 – Life Space Bulding – Jan Gehl	23
Figura 20 – Tetris Square (2019)	25
Figura 21 – Tapis Rouge, Haiti (2016)	25
Figura 22 – Praça do Comércio, Lisboa	25
Figura 23 – Wantou e Vanke Paradise Art Wonderland, China (2017)	26
Figura 24 – The Lawn on D, Boston (2014)	26
Figura 25 – 12 critérios de Qualidade com respeito à paisagem do pedestre. Cidade para Pessoas, Jan Gehl (2010)	42
Figura 26 – Power of 10, Project for Public Spaces.....	43
Figura 27 – Diagrama do Lugar, Project for Public Spaces.....	48
Figura 28 – Avaliação PSSS. (Brandão, 2018)	53
Figura 29 - Critérios de identificação do sistema de espaço público. (Brandão, 2018)	55

Figura 30 - Matriz dos serviços do espaço público. (Brandão, 2018).....	55
Figura 31 - Tipos de actores relacionados com o espaço público	56
Figura 32 - Tipos de valores. (Brandão, 2018)	57
Figura 33 – Critérios de análise. (Brandão, 2018).....	58
Figura 34 – Diagrama de critérios de qualidade do Espaço Público. Adaptado de Brandão, 2018	61
Figura 35 - Pearl Street, New York. Espaços subutilizados funcionando como estacionamento. (Global Designing Cities, 2016)	67
Figura 36 - Pearl Street, New York. Praça requalificada com mobiliário e jardim. (Global Designing Cities, 2016).....	67
Figura 37 - Escalas do urbano na cidade (CML,2015).....	68
Figura 38 - Esquema da metodologia de delimitação dos bairros. (CML,2015).....	68
Figura 39 – 30 Praças Prioritárias. (CML, 2015).....	69
Figura 40 – Diagrama do Lugar, PSS	70
Figura 41 - Esquema adaptado da metodologia Project for Public Spaces (PPS) utilizada para a classificação das centralidades. (CML, 2015)	70
Figura 42 – Diagrama de análise. (CML,2015)	70
Figura 43 – Fases do Programa “Uma Praça em cada bairro”. (CML, 2015).....	71
Figura 44 – Mapa das áreas de intervenção do programa “Uma Praça em cada bairro” com status das intervenções. (CML, 2019)	72
Figura 45 – Vista aérea do Largo de Santos. (CML, 2015)	73
Figura 46 – Diagrama de análise do local. (CML, 2015).....	74
Figura 47 – Análise dos parâmetros urbanísticos. (CML, 2015)	74
Figura 48 – Análise SWOT e Linhas de acção principais para o Largo do Leão. (CML, 2015).....	75
Figura 49 – Largo de Santos. (CML,2015)	77
Figura 50 – Proposta de Requalificação Largo de Santos. (CML,2015)	77
Figura 51 - Proposta de Requalificação Largo de Santos. (CML,2015).....	77
Figura 52 - Acessos Largo de Santos. (Autor, 2019).....	79
Figura 53 – “Ecoponto” Largo de Santos. (Autor, 2019).....	79
Figura 54 - Fonte Jardim de Santos. (Autor, 2019)	79
Figura 55 - Arborização Largo de Santos. (Autor, 2019).....	79
Figura 56 – Esplanadas Largo de Santos. (Autor, 2019)	81
Figura 57 - Parque Infantil e equipamento de ginástica. (Autor, 2019)	81

Figura 58 – Linha do Eléctrico e Paragens de autocarro. (Autor, 2019)	81
Figura 59 – Gradeamento ao redor do Jardim de Santos. (Autor, 2019)	81
Figura 60 – Estátua Ramalho Ortigão. (Fonte desconhecida)	83
Figura 61 – Eléctrico e Largo de Santos. (Fonte Desconhecida)	83
Figura 62 – Teatro A Barraca – Cinearte.	83
Figura 63 – Vista aérea Praça Duque de Saldanha (CML, 2019)	84
Figura 64 – Diagrama de análise do local. (CML, 2015)	85
Figura 65 - Análise dos parâmetros urbanísticos. (CML, 2015)	85
Figura 66 - Análise SWOT e Linhas de acção principais para a Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)	86
Figura 67 –Praça Duque de Saldanha antes da intervenção. (CML, 2015)	88
Figura 68 – Proposta Requalificação Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)	88
Figura 69 – Perspectiva da requalificação Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)	88
Figura 70 – Acessos Praça Duque de Saldanha. (Autor, 2019)	90
Figura 71 – Arborização do Eixo da Av. Da República. (Autor, 2019)	90
Figura 72 – Sombreamento da Praça Duque de Saldanha. (Autor, 2019)	90
Figura 73 – Esplanada e Quiosque na envolvente da Praça. (Autor, 2019)	92
Figura 74 – Alargamento das calçada na envolvente da Praça. (Autor, 2019)	92
Figura 75 – Ciclovia na envolvente da Praça. (Autor, 2019)	92
Figura 76 - estátua de João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun. (xxxx,xxxx)	94
Figura 77 – Atrium Salanha. (xxxxxx, xxxx)	94
Figura 78 – Quiosque na Praça Duque de Saldanha. (Autor, 2019)	94
Figura 79 – Vista aérea Largo do Leão. (CML, 2015)	95
Figura 80 - Diagrama de análise do local. (CML, 2015)	96
Figura 81 - Análise dos parâmetros urbanísticos.	96
Figura 82 – Análise SWOT e Linhas de acção principais para o Largo do Leão. (CML, 2015)	97
Figura 83 – Largo do Leão antes da intervenção. (CML, 2015)	99
Figura 84 – Proposta de Requalificação do Largo do Leão. (CML, 2015)	99
Figura 85 – Perspectiva da proposta de requalificação do Largo do Leão. (CML, 2015)	99
Figura 86 – Praça do Largo do Leão. (Autor, 2019)	101
Figura 87 – Ecopontos e lixeiras instaladas na Praça. (Autor, 2019)	101
Figura 88 – Praça do Largo do Leão. (Autor, 2019)	103
Figura 89 – Pedonização do Largo. (Autor, 2019)	103

Figura 90 – Ciclovía na envolvente do Largo do Leão. (Autor, 2019).....	103
Figura 91 – Quiosque do Largo do Leão. (Quiosque Lisboa, 2019).....	104

Lista de Quadros

Quadro 1 - Tipologias do Espaço Público (Brandão, 2008)	24
Quadro 2 - Programas de Desenvolvimento Urbano Sustentável em Portugal.	38
Quadro 3 - 10 princípios para um bom espaço público (Ben Rogers, 2017)	44
Quadro 4 - Critérios para avaliação do Espaço Público (Brandão, 2008)	50
Quadro 5 – Referencial de análise da qualidade do espaço público. (Fonte: Autor)	62
Quadro 6.1 – Referencial de análise da qualidade do espaço público. (Fonte: Autor)	63
Quadro 7 - Principais objectivos do programa Uma Praça em Cada Bairro. (CML, 2015)	65
Quadro 8 - Síntese das sugestões da população – Largo de Santos (CML, 2015)	76
Quadro 9 - Requalificação Largo de Santos. (CML, 2015)	76
Quadro 10 - Síntese das sugestões da população – Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)	87
Quadro 11 - Requalificação Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)	87
Quadro 12 - Síntese das sugestões da população – Largo do Leão. (CML, 2015)	98
Quadro 13 - Requalificação Largo do Leão. (CML, 2015)	98
Quadro 14 – Resumo da análise dos casos de estudo. (Autor, 2019)	105

Anexos

Anexo 1 – Largo de Santos	116
Anexo 2 – Praça Duque de Saldanha	118
Anexo 3 – Largo do Leão	120
Anexo 4 - Sugestões versus objectivos	122

1. Introdução

1.1. Temática e questões

As cidades são formadas por espaços edificados e espaços livres de edificações, todos interconectados. Esses espaços se encontram em constante e incontornável desenvolvimento, o modo como vivemos nas cidades se reconfigura a cada dia, mediante as transformações da sociedade e o surgimento de novas políticas, tecnologias e opções alternativas de transporte. A urbanização, o adensamento e as altas taxas de motorização lançam desafios de planejamento e instigam as cidades a pensarem novos modelos de desenvolvimento.

Em meio a transformações constantes, contudo, mantém-se intacta a importância dos espaços públicos para a qualidade de vida. Continuam a ser espaços de trocas, convivência e encontros, sendo ser vitais para o bem-estar no ambiente urbano. Para além das paredes que nos cercam, é na rua que a vida acontece.

As áreas públicas moldam os laços comunitários nos bairros, são locais de encontros e sua apropriação pode facilitar a mobilização política, estimular acções por parte dos moradores e ajudar a prevenir a criminalidade. Espaços não públicos, mas abertos às pessoas, como cafés, livrarias e bares também são ambientes de interacção e troca de ideias que facilitam esses encontros, impactando a qualidade do meio urbano. Há, ainda, os benefícios para a saúde, tanto física quanto mental: as pessoas sentem-se melhores e tendem a ser mais activas em espaços atractivos.

Gradualmente esquecidas, muitas das áreas públicas das cidades deixaram de ser espaços de convivência para se tornar locais de passagem – na volta do trabalho ou da faculdade, no caminho para o supermercado ou para a paragem de autocarro –, em uma notável distorção de funções.

Para Gehl (2010), uma cidade bem planejada deve ser pensada em três diferentes escalas: a grande (tratamento holístico da cidade abrangendo bairros, funções e instalações de tráfego); a média (planejamento dos bairros; organização dos edifícios e do espaço público) e; a pequena (paisagem humana percebida por aqueles que caminham na cidade).

Sob essa perspectiva as cidades, para serem locais agradáveis onde se viver, precisam ser pensadas não em blocos isolados, mas como um sistema formado por peças interdependentes – relacionadas entre si e com o todo ao redor – e como espaço de interacção e convívio. O uso e apropriação dos espaços públicos pelas pessoas é parte do processo de humanização das cidades, em um esforço para melhorar a qualidade da convivência nas ruas.

As praças como espaço público, desempenham importantes funções no ambiente urbano, entre elas a integração da comunidade e a melhoria da qualidade ambiental. As vantagens de um bom planeamento das áreas verdes urbanas e rurais baseiam-se nas contribuições para a melhoria dos aspectos estético e ambiental do ambiente urbano, atenuando os impactos à população e ao meio ambiente, em decorrência desse desenvolvimento.

Devido a esta importância, as praças estão se tornando alvo de programas de regeneração em muitas cidades. Um espaço complexo, compreendendo dimensões económicas, sociais, arquitetónicas, urbanísticas e simbólicas, a praça é composta de características cuja distribuição deriva das necessidades e relações de poder entre residentes e não residentes. Diversas cidades vêm adoptando uma série de políticas e iniciativas urbanas no sentido de fortalecer a ocupação dos espaços públicos e de se alterar a lógica de privatização das diversas instâncias da cidade, desde ruas até praças e outros espaços públicos.

No México, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano (SEDATU) desenvolveu entre os anos de 2007 a 2016 o Programa de Resgate de Espaços Públicos (PREP). O programa teve o intuito de realizar acções sociais e a execução de obras físicas para criar pontos de encontro na comunidade, interacção social e entretenimento cotidiano em áreas urbanas marginalizadas e abandonadas, e realizou 1.766 acções de reabilitação e resgate de espaços públicos, dos quais 1.323 foram novos. intervenção e 433 consolidações.

Em Barcelona a criação de Superquadras (Figuras 2 e 3), zonas pró-pedestres, também é um exemplo de política de requalificação de espaços públicos. Apesar de ter como intuito principal a redução no tráfego de veículos e trazer vitalidade as ruas da cidade de Barcelona para ciclistas e pedestres, o “Superblocks Program 2016-2019”, busca resgatar o Plano Cerdá (1860), que propunha ruas entre os 20 a 60m de largura e tinha como finalidade melhorar as condições de vida de toda a sociedade assim como a fluidez dos transportes e mobilidade dos cidadãos.

No centro dessa ideia está o desejo de reequilibrar o acesso e o uso dos espaços públicos, reduzir a poluição do ar e melhorar a habitabilidade local. As superquadras limitam o tráfego de carros ao perímetro de áreas de três por três quarteirões, permitindo que o transporte seja facilmente acessível aos moradores, criando conforto para atividades de pedestres, recreativas e econômicas. Nesse sentido, a primeira área de intervenção é denominada “Superblock Poblenou” e localiza-se no bairro Poblenou.

A primeira etapa do processo de revitalização aconteceu com soluções de “urbanismo tático”. O urbanismo tático compreende-se em estratégias simples, de baixo custo e tempo de execução, além disso, promove a vitalidade do espaço por meio apropriação das pessoas ao espaço público. As estratégias utilizadas nesse caso foram de pinturas de sinalizações de trânsito, instalação de mobiliários urbanos, além da colocação de árvores.

As árvores foram plantadas em vasos móveis e colocadas no espaço. Assim, não precisou danificar as ruas e gerar um alto custo. Ainda, com as instalações iniciais os moradores da região começaram a se apropriar do espaço e em consequência outras instalações surgiram, por meio do processo colaborativo. Logo, a segunda etapa consistiu em tornar as intervenções em permanentes com o trabalho de engenharia civil.

Outras cidades nas Américas e na Europa estão assistindo e aprendendo enquanto Barcelona pretende converter mais de 70% da cidade em 500 superquadras diferentes, com algumas já implementadas e outras em andamento.



Figura 1 – Exemplo de Intervenção do PREP, México. (Centro Urbano, 2016)



Figura 2 – Poblenau antes da intervenção. (Public Space, 2018)



Figura 3 – Poblenau após intervenção. (Public Space, 2018)

O Programa Global da ONU-Habitat em Espaço Público - trabalha em espaço público, desenvolve e promove abordagens de espaço público, coordena parceiros, dissemina conhecimento e auxilia directamente as cidades no desenvolvimento de estratégias de espaço público em todo o seu território. Uma das iniciativas foi a criação do “Global Public Space Toolkit” (Figura 4), um guia de fácil uso que fornece para cidades, particularmente aquelas com altas taxas de crescimento demográfico e recursos financeiros limitados, ideias práticas sobre como encontrar recursos e soluções para melhorar a disponibilidade, qualidade e distribuição de bons espaços públicos. Este Kit de Ferramentas pretende ser uma referência prática para as cidades realizarem princípios, políticas e planos de desenvolvimento no espaço público.

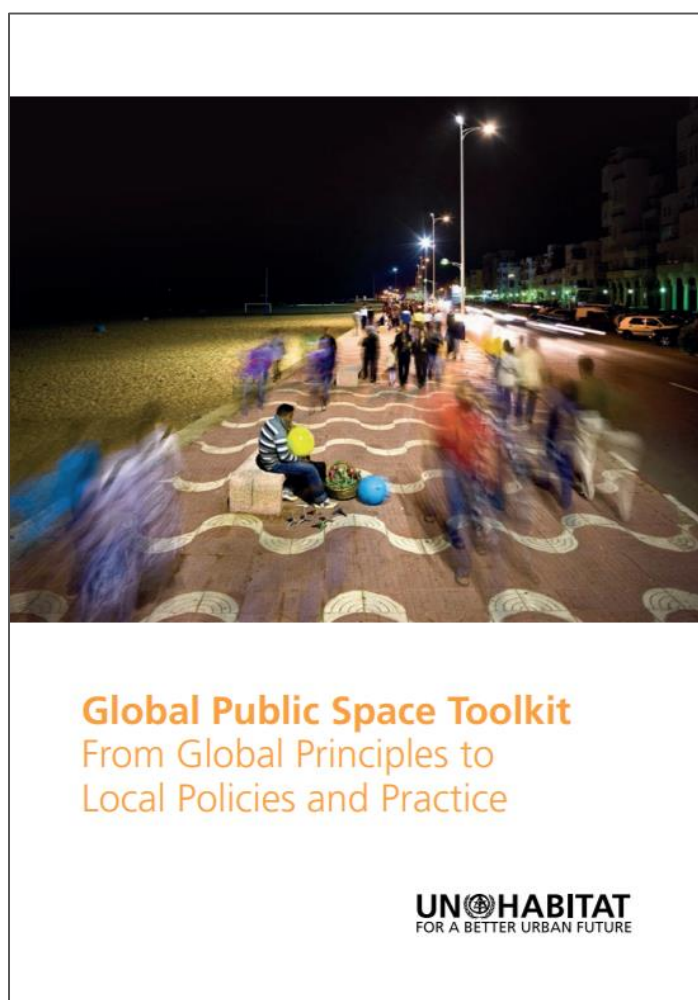


Figura 4 – Guia Global do Espaço Público: de princípios globais a políticas e práticas locais. (UN HABITAT, 2015)

Como as demais metrópoles já consolidadas, Lisboa começa a se reconstruir, com edifícios antigos dando lugar a outros e a outras paisagens. Dentro desse processo de mutação e reocupação, torna-se indispensável o ordenamento dos espaços urbanos e reconfiguração de um sistema de espaços livres para a geração, gestão e permanência desses espaços e de seu valor urbano, sendo esses, espaços atraentes, de fácil acessibilidade e ambiências que permitam a fruição pública.

O programa “Uma Praça em cada Bairro – intervenções em espaço público”, por exemplo, propõe a partir de uma praça, de uma rua, ou de um equipamento colectivo existente ou projectado, organizar um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre actividade e emprego, que se consagre como espaço público de excelência e local de estar.

Os espaços urbanos precisam ser ocupados pelas pessoas, assim como as administrações públicas devem passar ouvir aqueles que vivem nas cidades e não unicamente ao capital. Os tempos modernos exigem uma necessidade urgente de novos modelos de urbanização, mais democráticos, humanos e sustentáveis.

Considerando tal pressuposto, a tese procura reflectir acerca dessas problemáticas, pautadas no estudo sobre as políticas de requalificação dos espaços públicos centrais, associadas às políticas urbanas, o planeamento urbano, a sustentabilidade e o direito à cidade. Neste âmbito as principais questões para esta dissertação são as seguintes:

- a) Quais as principais características das intervenções nas praças públicas da cidade contemporânea?***
- b) Qual a diferença entre requalificar e elitizar um espaço público?***
- c) Como integrar a requalificação dos espaços públicos nas políticas de coesão e fomento da qualidade de vida urbana?***

Para responder as estas questões são utilizadas como casos de estudo a cidade de Lisboa e o programa “Uma praça em cada bairro”, de modo a construir uma análise comparativa entre elas e levantar uma hipótese sobre as boas práticas relevantes para requalificação de espaços públicos centrais.

1.2. Metodologias

Para desenvolvimento da análise às questões acima colocadas, será primeiramente feita uma breve revisão da literatura sobre espaços públicos urbanos e direito à cidade para clarificar a importância desses espaços como elementos geradores de vitalidade urbana; a frequência, a utilização, a apropriação desses espaços pela população e as trocas ali efectuadas são meios de construção são indispensáveis para o Direito à Cidade.

Além de um estudo sobre os espaços públicos centrais e políticas do espaço público de Lisboa, serão explorados conceitos relacionados com a temática do espaço público, as suas tipologias, as diferentes dimensões, assim como os parâmetros de qualidade a que deve responder de forma a contribuir positivamente para a boa forma urbana e vida em sociedade. Pretende-se perceber como é que o espaço público tem sido intervencionado, demonstrando através de alguns exemplos, estratégias de intervenção estabelecidas no espaço público e na sua requalificação.

Para isso são definidos alguns objectivos metodológicos que permitam estruturar o estudo:

- Desenvolver uma pesquisa teórica e ampla leitura bibliográfica que permita estabelecer critérios de abordagem e conduzir a análise.
- Verificar esses espaços e sua requalificação como representantes da qualidade de vida na cidade e uma condição da vida cultural e social urbana

Em resumo a metodologia seguida para o desenvolvimento do trabalho deve consistir em:

- Pesquisa teórica, que possa fundamentar e orientar a pesquisa operacional; com revisão da literatura sobre espaços públicos urbanos, cidadania e direito à cidade para clarificar a importância desses espaços como elementos geradores de vitalidade urbana;
- Identificar os critérios que definem um bom espaço público e que orientam as boas práticas nas cidades dos nossos dias;
- Criar um referencial de análise com critérios quantitativos e qualitativos, que permitam avaliar a qualidade do espaço público;

- Mapeamento e análise crítica das políticas públicas do espaço público especificamente o “Programa uma Praça em cada Bairro”, adoptadas pela Câmara de Lisboa;
- Analisar, de forma detalhada, o programa “Uma Praça em cada Bairro”, nomeadamente os objectivos e a metodologia aplicada;
- Análise crítica de três estudos de caso do programa “Uma Praça em cada Bairro.
- Reflectir de forma crítica sobre a importância da requalificação do espaço público conformada numa abordagem integrada, numa gestão de proximidade e no envolvimento das pessoas nos processos;
- Retirar ensinamentos resultantes da análise do caso de estudo e propor recomendações para que os processos de requalificação de espaços públicos produzam ainda melhores resultados.

1.3. Estrutura da dissertação

A estrutura adoptada para esta dissertação assenta em 7 capítulos, que se organizam da seguinte forma:

O primeiro capítulo dedicado à introdução, apresenta uma breve caracterização do trabalho, nomeadamente: o enquadramento do trabalho, a temática a desenvolver e a metodologia aplicada.

O segundo capítulo trata o espaço público e aborda o conceito, as funções e a sua importância. Numa primeira parte é feita referência ao conceito de espaço público, que decorre da compilação da leitura de vários documentos, bem como da percepção enquanto usuária de espaços públicos. Numa segunda parte, considerou-se importante focar na situação actual dos espaços públicos, a níveis de projecto, planeamento, políticas e estratégias. A seguir é analisado a importância das praças como espaço público, abordando o conceito e sua importância actual. Na última parte é explorado a relação entre praça e o Direito à cidade, usando com referência com as ideias de Henri Lefebvre e David Harvey a cerca do tema.

O terceiro capítulo aborda a requalificação dos espaços públicos e sua importância actual. Numa primeira fase são abordados os conceitos relacionados a requalificação e a relevância actual dessa prática para os espaços públicos. Na segunda parte são referidos estratégias e parâmetros de qualidade do espaço público de acordo com critérios de autores relevantes ao tema.

O quarto capítulo centra-se nas metodologias de avaliação dos espaços públicos. Numa primeira fase, são abordadas metodologias relevantes a análise do espaço público, com a descrição de cada uma delas e seus pontos fortes. Pretende-se verificar quais os principais pontos para um bom espaço público, quais as principais semelhanças e diferenças entre as várias metodologias e, por fim, construir um referencial de análise adaptados à realidade da cidade de Lisboa.

O quinto capítulo centra-se no caso de estudo, o Programa “Uma Praça em cada Bairro”, que tem em vista a requalificação do espaço público como foco para reforçar a identidade de Lisboa como uma cidade de bairros e uma cidade inclusiva, participada e sustentável. Numa primeira fase são apresentados, de forma detalhada, os objectivos e

a metodologia aplicados no programa. A segunda fase diz respeito aos casos de estudo – Largo de Santos, Praça Duque de Saldanha e Largo do Leão – onde a análise é feita através da aplicação do referencial definido no subcapítulo 4.2.

O sexto capítulo pretende apresentar os resultados alcançados, assim como os benefícios retirados com a elaboração do trabalho. Este capítulo permite tecer um conjunto de recomendações sobre o trabalho desenvolvido, bem como fazer uma reflexão crítica sobre o Programa “Uma Praça em cada Bairro” e as metodologias aplicadas.

Por fim, o sétimo capítulo busca reflectir acerca dessas problemáticas, pautadas no estudo sobre as políticas de requalificação dos espaços públicos centrais, e responder as questões levantadas no subcapítulo 1.1 Temática e questões.

2. O que é Espaço Público

2.1. Conceito

O termo Espaço Público surge cada vez mais como o foco de uma discussão transversal às diversas ciências. Essa interdisciplinaridade proporciona maior amplitude ao estudo das características estruturais que determinam o território, sendo ao nível da abordagem da sua estrutura, função, projecto, o seu carácter semântico ou social.

Com base em uma perspectiva territorial e tecnicista, o espaço público é, à partida, um espaço físico; o da rua, da praça, do comércio e das trocas. É o espaço delimitado, de uma forma mais ou menos perceptível, que qualquer um identifica por características formais que o individualizam.

“O espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir desses espaços. Engloba por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado. O espaço público é composto, ordenado e mantido em função do seu uso e da sua percepção social. É o que podemos chamar espaço público ordenado, ou seja, concebido como um todo e contemplando tudo aquilo que o constitui desde o tratamento do solo à envolvente arquitectónica, mobiliário e equipamento urbano até à arborização urbana. O espaço público é, em boa medida, o suporte físico das redes de serviços, sistemas de transportes e comunicação do ambiente urbano. É nele que estas redes se materializam, têm uma presença física através de elementos concretos (caixas de registo, tampas de acesso, sumidouros, entradas de acesso ao metropolitano, sinalização, etc.)”. (COTRIM, 2005:8)

Gomes (2005) define os espaços públicos como locais que nos oferecem a possibilidade de conviver com outras pessoas de maneira distinta sem que haja uma uniformidade de interesses. Destaca também que o espaço é “base e condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma

colectividade”. Diante disso percebe-se que os Espaços Públicos são locais que levam a interactividade entre os habitantes levando-os a dialogar sobre suas heterogeneidades levando a dinamicidade, valores e identidades.

Segundo Hannah Arendth (1972) o espaço público é o espaço da sociedade, o espaço político, e nestes contornos é necessariamente um espaço simbólico, pois opõem-se e respondem-se a discursos, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais, um espaço simbólico, que requer tempo para se formar, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar.

Para Borja (2000), o espaço público é “o lugar do intercâmbio por excelência”. É um espaço físico, simbólico e político e por isso mesmo é “também onde mais se manifesta a crise da cidade”, considerando ser, também, “onde aparecem as respostas positivas”.

Sob essa perspectiva, o espaço público é o espaço da cultura urbana e da cidadania, é físico, simbólico e político e representa valores, transmite conforto, fomenta o encontro e o passeio, é um bem de todos, mas é também onde se manifestam os problemas da cidade e onde surgem as suas soluções.

De um modo geral podemos afirmar que Espaço Público é o espaço “entre edifícios”, o espaço onde a vida em sociedade se desenrola, onde “Nós” como colectividade temos oportunidade para “encontros e atividades diárias nos espaços públicos de uma cidade ou área residencial permitem que estejamos entre pessoas, que possamos ver e ouvir os outros, a fim de vivenciar modos de vida diferentes manifestando-se em várias situações.” (Gehl, 2017: 15). É onde se desenvolvem contactos e relações de diversas intensidades que vão “desde contatos muito simples e sem compromisso até conexões complexas, com envolvimento emocional.” (ibid). Estes contactos entre as pessoas são o que torna o Espaço público não apenas um espaço residual entre os espaços privados, mas o espaço onde a sociedade se relaciona e vive.

Ao longo dos séculos, o espaço público vai sendo percebido de acordo com a estrutura existente no momento e com os interesses predominantes nessa estrutura.

Em todos estes momentos o Espaço Público surge ligado a três elementos: o poder, a configuração espacial e as relações sociais. Pode assim entender-se que à medida que a sociedade muda e se torna mais complexa, o Espaço Público também o faz.

Na Grécia antiga a *ágora* (Figura 5), presente nas antigas cidades gregas assumia o seu papel de praça principal na constituição da *polis*, era o espaço público primordial de prática da cidadania sendo símbolo da democracia. Na Roma antiga o *fórum* (Figura 6) era o espaço público privilegiado, onde se desenrolava o comércio, sendo também o principal espaço de reunião dos seus habitantes, para o comércio, espectáculos públicos e outras valências que absorvia.



Figura 5 – Reconstrução da Àgora de Atenas. (Autor desconhecido)



Figura 6 – Fórum romano. (Autor desconhecido)

Na Idade Média, a praça é a expressão física da urbanização. As cidades medievais desenvolviam-se dentro de um perímetro normalmente delimitado por uma fortificação, originando cidades densas e geralmente irregulares. As chamadas praças medievais (Figura 7), constituem o espaço de encontro e festividades, o local do comércio e da aplicação da justiça, geralmente localizado em frente a igreja e/ou Mercado, local por excelência vazio, configurado pela ausência das construções, as chamadas “praças secas”.

Na Renascença, muitas das actividades exercidas nas ruas começaram a materializar-se no interior dos edifícios, gerando uma mudança na apropriação do espaço público. Diferentemente das praças medievais, que surgiam do vazio não edificado e não pertencentes ao tecido urbano, as praças renascentistas (Figura 8), surgem com sentido de embelezamento, trazendo sumptuosidade as cidades, passando assim, as mesmas a serem consideradas espaços públicos, pertencentes a estrutura urbana. A praça deixa de ser somente funcional, mas seu valor social, simbólico e artístico passa a ser considerado. (Lamas, 1993)

No Barroco as praças são, inúmeras vezes, resultado de planos estabelecidos por eixos de circulação ou pela intersecção destes eixos, ressaltando nos pontos focais infinitos caminhos. As formas são geométricas e a escala desmedida, a renovação se dá com elementos decorativos como estátuas e fontes. Em oposição à tendência da Renascença de incluir as edificações do entorno na intervenção, as praças barrocas (Figura 9) abrem-se espacialmente para a cidade. É no período Barroco que a praça, deixa de lado a função social e comercial, e trabalha a monumentalidade. A praça barroca retira as actividades comerciais e as substitui por vegetação e espaços de estar.



Figura 7 - Piazza del Campo – Sienna, Itália



Figura 8 - Praça do Capitólio – Roma, Itália



Figura 9 - Piazza di San Pietro no Vaticano.

No século XIX, decorrente das consequências da revolução industrial, desenvolveu-se um novo urbanismo com preocupações higienistas onde a qualificação do espaço público se tornou factor determinante ao planeamento urbano. Com essa preocupação as cidades e o espaço urbano sofreram mudanças intensas, iniciou-se uma série de intervenções urbanas que resultaram na destruição de partes antigas das cidades para a abertura de grandes avenidas, praças e parques urbanos, criando boulevards com grandes passeios para peões e espaço de circulação. São importantes exemplos dessa transformação urbana os Plano de Haussman para cidade de Paris (Figura 10) e o Plano de Cerdá para cidade de Barcelona (Figura 11).

A cidade do século XX foi marcada pelo surgimento de novos lugares voltados para o espetáculo e entretenimento. As ruas, as calçadas, as praças e toda uma sorte de espaços públicos tradicionais na história urbana, foram “resignificados”, ou seja, ganharam novas conotações simbólicas e valores.

Por volta da década 30 do séc. XX o conceito de espaço público é alvo de uma nova abordagem por parte do movimento modernista. Le Corbusier elabora a carta de Atenas onde propõe um zoneamento claro da cidade (Habitar, Trabalhar, Circular e Lazer), pondo de lado o conceito de rua tradicional, apostando em grandes blocos de habitação implantados sobre um imenso espaço público constituído por jardins, parques e equipamentos públicos destinados ao lazer dos cidadãos, afastados dos eixos de circulação como no caso do Plano Piloto da Cidade de Brasília (Figura12).



Figura 10 - Paris de Haussman. (Autor desconhecido)



Figura 11 - Barcelona de Cerdá. (Autor desconhecido)



Figura 12 – Plano Piloto de Brasília, Brasil. (Autor desconhecido)

Ao longo dos anos a dimensão humana foi seriamente negligenciada no desenho das cidades. Essa desumanização e descaracterização do modo de viver, tem motivado várias áreas disciplinares a perceber o fenómeno e procurar soluções. Para estudar a cidade é necessário compreender a origem das transformações, considerar as tensões entre estas e os habitantes que forma como elas moldam formas de viver o espaço colectivo.

Actualmente, o desenho urbano deve buscar conscientização da importância da qualidade e identidade da cidade e do desenho a partir do Espaço Público. Ao revitalizar o espaço público é possível mudar padrões e hábitos de vida, assumindo como elemento central da sua estratégia, o uso social e lúdico do Espaço público, potenciando e favorecendo a vida em comunidade, as funções culturais, de promoção do turismo, comércio e outras actividades económicas.



Figura 13 - Superkilen, Copenhague (2012)



Figura 14 – Praça Mauá, Rio de Janeiro (2015)

2.2. Os Espaços Públicos na actualidade

Como se tem visto até aqui, o espaço público é composto pelas mudanças de paradigmas de várias dimensões que nele têm influência (social/cultural, política/económica e arquitetónica/urbanística), fazendo do espaço público a “nova cultura da cidade”, tornando-o alvo de intervenção multidisciplinar.

Algumas áreas centrais da cidade tradicional – que associam um forte valor simbólico a uma elevada densidade e multiplicidade de actividades– possuem espaços públicos de grande vitalidade e são naturalmente propícias à emergência de actividades criativas.

A concentração espacial de actividades diversas numa malha urbana densa como a de bairros centrais determina ainda uma outra característica fundamental à vitalidade do espaço público: a facilidade de nele se poder andar a pé (walkability). Contrariamente ao espaço urbano da cidade extensa, onde as actividades se situam distantes umas das outras em lugares apenas acessíveis de carro, os espaços públicos das áreas urbanas centrais onde haja uma intensa concentração de actividades interligadas por ruas e praças acessíveis e confortáveis para os peões multiplica os contactos humanos informais, favorece o desenvolvimento de redes sociais de proximidade, e constitui um território privilegiado para a inserção de actividades criativas.

Nuno Portas (2003), sugere que no decorrer das transformações urbanas, surgem também novos desafios urbanos, que se materializam essencialmente na concepção do espaço público. “O espaço público – ou colectivo – torna-se assim, em duas décadas, o centro de debate sobre políticas urbanas ao ser tomado como um valor urbano em si mesmo, como algo capaz de suportar ou desencadear outros processos económicos ou culturais”. As primeiras propostas de intervenção no espaço público, decorriam dos planos de regeneração “das áreas centrais, mais ou menos históricas”, que se centravam principalmente apenas na recuperação do edificado. “A passagem que então se dá do edifício aos conjuntos urbanos implicava o reconhecimento do papel “catalítico” ou de contaminação possível” do espaço público renovado como indutor de investimento e iniciativa local”.

Na actualidade questiona-se muito a posição do público versus privado no entendimento de espaço público. São iminentes as discussões sobre as mais variadas formas, usos e funções dos espaços públicos no contexto da cidade contemporânea.

Segundo Brites (2017), as políticas urbanas e a lógica de produção imobiliária transformam as cidades de maneira a criar não apenas novas materialidades, mas também deslocamentos e desigualdades. Constantemente, megaprojetos são construídos em áreas próximas de bairros populares, revalorizando o solo urbano e induzindo o deslocamento dos residentes devido ao aumento dos impostos, pressão imobiliária, gentrificação e a perda da identidade do bairro. (Cuenya; Corral, 2011).



Figura 15 - -- Projecto Cidade da Água, Almada (2016)



Figura 16 - Parque Madureira, Rio de Janeiro (2015)

Como reflexo dessa situação o espaço público atualmente tem o papel de elemento ordenador do espaço, tendo sempre como último objetivo responder às necessidades locais e das populações atuais, com perspectiva de futuro.

Para além disso outro fenómeno muito actual é a reconversão de espaços inutilizados, para além dos espaços desprovidos de qualquer edificação, como áreas ferroviárias, portos, canais, viadutos, áreas industriais obsoletas, entre outros, conferindo-lhes novas oportunidades de uso no território, como é o caso da antiga ferrovia elevada em Nova York que foi transformada em um parque suspenso conhecido como High Line (Figura 17) e, a antiga zona portuária de Lisboa que foi revitalizada e hoje constitui o bairro Parque das Nações (Figura 18).

O espaço público atual tem que ser pensado e construído para quem o vive e habita, e tem “que produzir um equilíbrio de funções entre o público e o privado. O público é que decide a densidade e o desenho urbano. E o privado que o desenvolve, cede terreno e constrói”. Tal como Brandão P. e Remessar A. referem, “todos temos o direito à cidade e este direito inclui a mobilidade e também o reconhecimento dos outros. Todos temos direito de nos sentirmos orgulhosos do lugar onde vivemos e que os outros reconheçam a dignidade da nossa área de residência”. Os autores também consideram que o desafio urbano atual é o de “fazer a cidade, regenerando velhos centros e criando novos centros à escala metropolitana, garantindo a mobilidade, a acessibilidade e a visibilidade de cada uma das áreas da cidade e mantendo e construindo tecidos urbanos polivalentes, mistos pelos seus usos e populações, nos quais o espaço público é o elemento ordenador”.



Figura 17 – High Line, Nova York (2014)



Figura 18 – Parque das Nações, Lisboa (1998)

2.3. A importância das praças

O Espaço Público como um sistema urbano público é composto por diferentes elementos que podem ter funções e significados distintos. Resumidamente, é um lugar aberto, de acesso irrestrito, um ponto estruturante da malha urbana e confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço de passagem e de permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial. Mas mais que isso, o espaço público constitui ou deveria constituir uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade. (Narciso, 2009).



Figura 19 – Life Space Building – Jan Gehl

Tal como Brandão refere, “os espaços públicos urbanos devem ser vistos, não como unidades isoladas e autónomas, mas sim como estruturas contínuas que importa gerir coerente e globalmente numa lógica sistémica, relacionando todos os fatores e agentes que integram e definem o ambiente das cidades”. Nesta perspetiva, os diferentes espaços públicos urbanos, devem ser pensados, organizados e desenhados, segundo o ambiente urbano em que se inserem em benefício da construção de espaços de boa qualidade urbana

O espaço público pode ser caracterizado por diversas formas, no entanto, Brandão (2008), considera a existência de um elenco de quinze tipologias organizadas por seis referências estruturais, representadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Tipologias do Espaço Público (Brandão, 2008)

<i>a. Espaços traçado</i>	Encontro	1. Largos, praças
	Circulação	2. Ruas, avenidas
<i>b. Espaços - "paisagem"</i>	Lazer – natureza	3. Jardins, parques
	Contemplação	4. Miradouros, panoramas
<i>c. Espaços – deslocação</i>	Transporte	5. Estações, paragens, interfaces
	Canal	6. Vias Férrea, auto-estradas
	Estacionamento	7. Parking, Silos
<i>d. Espaços – memória</i>	Saudade	8. Cemitérios
	Arqueologia	9. Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10. Espaços Monumentais
<i>e. Espaços comerciais</i>	Semi Interiores	11. Mercados, centros comerciais,
	Semi exteriores	arcadas
		12. Mercado levante, quiosques, toldos
<i>f. Espaços gerados</i>	Por Edifícios	13. Adro, passagem, galeria, pátio
	Por Equipamentos	14. Culturais, desportivos, Religiosos,
	Por Sistemas	infantis
		15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

As praças pela sua função e escala, são espaços de referência e marcos de legibilidade estruturantes na ocupação urbana. São elementos que, segundo Lynch (1960) pela sua excepcionalidade no tecido urbano, consideram-se como pontos e locais identificáveis que servem de referência ao sistema de orientação de uma cidade.

Normalmente são nestes espaços que se concentram maior quantidade de actividades colectivas tais como, mercados, festivais, cerimónias, o que os tornam espaços centrais no tecido urbano. Podem apresentar diferentes desenhos consoante a mentalidade urbanística de determinado período de tempo e diferentes funções, como por exemplo, a praça religiosa, a praça do mercado, a praça de entrada na cidade, porém acabam por alterar os seus usos com forma a acompanhar as transformações da sociedade e adaptarem se às suas novas solicitações.

As praças e os parques são espaços públicos tradicionais das cidades modernas. A praça pode ser caracterizada como um espaço destinado à convivência das pessoas, reuniões fortuitas e para o exercício da vida pública, em um ambiente urbano livre de edificações convencionais.



Figura 21 – Tapis Rouge, Haiti (2016)



Figura 20 – Tetris Square (2019)

Castellan (2016) vai assinalar que a Praça tem origem na Ágora que definia os espaços de encontro público. Sendo assim, a precursora do fórum imperial romano, e das grandes Piazzas italianas e outras Praças de capitais europeias, onde, ao redor, aconteciam as atividades religiosas, sociais, comerciais, judiciais, legislativas e administrativas, que lhe deram o status de coração da cidade antiga.

A praça é, também, um espaço dotado de símbolos, que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e sócio-culturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos. Constitui-se em local de convívio social por excelência (Dizeró, 2006).



Figura 22 – Praça do Comércio, Lisboa

Lynch (1999, 235) caracteriza as praças como “espaços de encontro e lazer dos transeuntes, são locais de escape dentro do contexto urbano, onde proporcionar o bem-estar dos indivíduos é o principal objectivo. Para tal, o mobiliário e os equipamentos urbanos como bancos, iluminação, fontes, coberto vegetal, sombreamento são indispensáveis para atraírem a população e garantirem conforto no espaço público”.



Figura 24 – The Lawn on D, Boston (2014)



Figura 23 – Wantou e Vanke Paradise Art Wonderland, China (2017)

As praças como espaço público, desempenham importantes funções no ambiente urbano, entre elas a integração da comunidade e a melhoria da qualidade ambiental. As vantagens de um bom planeamento das áreas verdes urbanas e rurais baseiam-se nas contribuições para a melhoria dos aspectos estético e ambiental do ambiente urbano, atenuando os impactos à população e ao meio ambiente, em decorrência desse desenvolvimento.

Jane Jacobs (2001: 104-108), no seu livro, *Morte e vida das grandes cidades*, observa e descreve um determinado número de acontecimentos relativos a algumas praças em que nos apercebemos que a qualidade de uma praça pode ser determinada pela sua envolvente, pela variedade de usos e de utilizadores que circundam o espaço.

Uma praça dificilmente sobrevive apenas rodeada por uma área residencial ou por uma zona de serviços. É necessário dinamizar o espaço e equipar a praça com diversos usos, pois, se esta for ocupada apenas por edifícios de escritórios, o seu uso vai ser reduzido, visto que os horários dos funcionários serão muito semelhantes acabando por ser usada em curtos períodos de tempo. Não podemos considerar que uma praça tem um bom uso, quando esta só é ocupada por algumas horas acabando por estar desocupada o resto do dia.

Quanto maior a concentração de praças, quanto mais apropriadas de maneiras diversas, quanto mais usos e significados, quanto mais intrincadas as histórias individuais e colectivas, maior o potencial de centralidade dessas áreas nos planos simbólico e lúdico. Assim, no caso das praças de bairro, quando apresentam tal plurissignificação e utilização consolidam-se como elemento que sintetiza e afirma a identidade local, assumem um carácter de centralidade (Apud Silva, Brasil).

2.4. As Praças e o Direito à cidade

A expressão de Henri Lefebvre 'Direito à Cidade' circula em discussões, publicações (tais como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade), eventos, conferências (eg, Rightstothe City: Global Age), movimentos (por exemplo, o RechtaufStadt-Netzwerk) e legislações, tanto nacionais quanto internacionais.

O 'Direito à Cidade' lefebvriano residia na tomada de suas ruas, no exercício de apropriação de seus espaços, na apropriação da cidade por seus habitantes, possibilitando a vivência urbana por completo. É na vida cotidiana que os espaços, além de construídos e percebidos são, de fato, vividos. Para Lefebvre, o Direito à própria cidade, aos seus espaços coletivos públicos, nunca se encontra garantido, exigindo permanente vigilância, luta e participação. (Revista de Direito da Cidade, vol. 09, no 4. ISSN 2317-7721 pp. 1586-1605)

Assim é instaurada a necessidade de criação e reconfiguração de espaços, onde os cidadãos exerçam práticas de cidadania, colocando, assim, a questão dos espaços públicos, no contexto das sociedades democráticas.

A necessidade abordada por Lefebvre, é a de criar lugares de encontro, lugares de simultaneidade, lugares de partilha que, poderemos acrescentar, serão também eles "espaços potenciais" na cidade, porque sinónimo de experiências verdadeiramente unificadoras. Aquilo que se procura reabilitar é o humano como obra e não como produto, o humano na sua totalidade superando dualismos e contradições.

Há cada vez mais a proliferação de espaços de mercantilização e de privatização do urbano, que geram o isolamento do convívio com o restante da cidade. Progressivamente, criam-se barreiras - simbólicas e concretas - que articulam a desigualdade nos processos de apropriação do espaço. Nesse cenário, os processos de territorialização dos espaços públicos urbanos resultam, na maior parte das vezes, em sua privatização. (Silva,2014)

Hoje, a cidade centrada no mercado é o foco, incluindo novos métodos de produção e novas formas de segregação e exclusão. Há uma ausência de participação na formação da cidade por aqueles que foram excluídos do desenvolvimento

econômico, para aqueles que foram deslocados por meio de gentrificação ou para aqueles que estão sofrendo com políticas de imigração excludentes.

Nesta direção a propriedade privada assume, no discurso do planejamento uma função “social” que ofusca seu sentido segregador e desigual; enquanto a ideia do interesse comum sobre o interesse individual impõe, na produção do espaço, a lógica do Estado e de suas alianças.

Trata-se da lógica do valor de uso, termo utilizado por Lefèbvre (2007), que se refere a importância e significação do lugar para o indivíduo, com sua utilização direcionada para além das práticas mercadológicas (valor de troca), e onde a dinamicidade é regida pela complementaridade do ser humano pelo prazer, lazer, pelas relações individuais e coletivas, a diversão, o ócio e a sociabilidade.

Este comportamento de uso da praça pelos moradores significa para Lefèbvre, que:

A sociedade urbana, [...] privilegiando um espaço (sítio, lugar) e por ele privilegiados, altamente significantes e significados, tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso (LEFÈBVRE, 2008, p.87).

O teórico social David Harvey delineou a demanda por direito à cidade como uma espécie de pedido para todas as pessoas que vivem na cidade. O direito à cidade é, antes de tudo, uma compreensão global do processo urbano de formação e crescimento. Sob outro aspecto, como ressalta Harvey (2014), a propósito de Lefebvre, o direito à cidade é uma queixa e uma exigência. A queixa enquanto resposta a uma “dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade”. E a exigência enquanto impulsionadora da busca de uma “vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida”, ao mesmo tempo que “conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates [...] e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (Harvey, 2014, p. 11).

Harvey recorre à fórmula do apelo e da exigência para dar sua interpretação do que Lefebvre quis dizer. O direito à cidade vai ser entendido como um direito humano

de outro tipo por ser coletivo, inalienável e permitir transformar a cidade de acordo com os desejos do coração, o que desafiaria o sistema capitalista.

Ainda de acordo com Harvey: “O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciado dos nossos direitos humanos”.

Desse modo os teóricos apontam o direito à cidade não como um simples direito de visita ou o retorno às cidades tradicionais, mas como direito à vida urbana, transformada, renovada. Vida que pressupõe encontros, colectividade, participação, confrontos de diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver e, também, noção dos ‘padrões’ de coexistência.

De acordo com Carlos (2013), a cidade actual revela que o homem cria as condições que o fazem existir ao mesmo tempo em que cria as condições de vida que se opõem a ela pela redução das possibilidades da apropriação: nas transformações dos usos, no encolhimento das possibilidades da realização da troca como condição da sociabilidade. Nessa dinâmica o espaço público, age como elemento norteador dos comportamentos e definidor dos valores que organizam a troca, hierarquizando os indivíduos através de seu acesso aos lugares da cidade.

Sob o exercício do direito á cidade, o espaço público aparece como o lugar da realização concreta da história individual como coletiva, pela mediação dos lugares de realização da vida. Por isso a dinâmica do processo de produção do espaço urbano revela o movimento da sociedade em sua totalidade. Essa ideia aponta a possível passagem da compreensão do espaço público entendido como aquele da “esfera pública”, para o entendimento do espaço público - enquanto lugar determinado da cidade - como condição da realização da esfera pública enquanto momento da prática sócio-espacial.

O espaço público gera equidade. Onde o espaço público é inadequado, mal concebido, ou privatizado, a cidade se torna cada vez mais segregada. As linhas são desenhadas com base na religião, etnia, gênero e status econômico porque as pessoas não se encontram ou conhecem. O resultado pode ser uma cidade polarizada, onde as tensões sociais são susceptíveis a inflamar e onde mobilidade social e oportunidade econômica são sufocadas. O planejamento e desenho adequados dos espaços públicos levantam questões relativas ao direito das pessoas à liberdade de expressão artística, reunião política e empoderamento cívico, para desfrutar, se engajar e trocar com todos. (UN HABITAT, 2015)

Assim as acções para se concretizar o direito à cidade devem abranger os direitos da colectividade, mas também aos direitos individuais do cidadão, observando-se o cumprimento da função social da cidade em conjunto com a função social da propriedade. Uma das formas de se garantir essa concretização é através da implantação de equipamentos urbanos voltados às necessidades da população.

Dos equipamentos públicos mais utilizados, ainda que de modo desigual pelas diversas classes sociais, estão as praças e parques públicos (MELO, 2016). Nestes locais é possível ter um espaço para concretização do direito ao lazer que está intimamente ligado ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

Nos últimos anos, após passarem por diversas modificações estruturais e funcionais, as praças já não são mais o centro da vida urbana, mas são o centro da vida social. Continuam recebendo pessoas insatisfeitas com governos e acções políticas ou empresariais, e também recebem aquelas que protestam pela justiça, lamentando o falecimento de um ente ou amigo. Para Viero e Barbosa Filho (2009):

A possibilidade do contato interpessoal público, oferecida pela praça, permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais, até manifestações cívicas (VIERO e BARBOSA FILHO, 2009, p. 1).

A praça permite ao cidadão poder fazer o que lhe é de direito, manifestando livremente e por qualquer causa pelos espaços públicos, permite a ele se expressar de todas as formas, concede ao mesmo noção de identidade urbana, o que o lazer na esfera

da vida privada não pode proporcionar (QUEIROGA citado por Viero e Barbosa Filho, 2009).

A consciência da importância do direito à cidade, leva à definição de equipas multidisciplinares para encontrar caminhos alternativos para solucionar problemas. Nunca esquecendo que o centro da acção estará na vida social e apenas ela poderá ter a capacidade de criar novas formas e relações. Vários estudos experimentais procuram compreender as implicações e consequências na cidade contemporânea.

3. A Requalificação dos Espaços Públicos

3.1. Conceitos

Nada se mantém intacto sem conservação e preservação e com as áreas urbanas isso não é diferente. Num momento em que o mundo busca qualificar as cidades em prol do meio ambiente e da saúde da população, projetos de transformação urbana desempenham um papel importante. Diferentes formas de intervenções nas cidades podem alterar áreas construídas ou espaços públicos com o objetivo de tratar questões sociais ou até reativar a economia local.

Nesse contexto, as práticas de **renovação**, **requalificação**, **revitalização** e **reabilitação urbana** são accionadas para contribuir para a resolução de uma ampla série de problemas urbanos. Primeiro, é preciso diferenciar os termos que são muitas vezes usados como sinónimos, mas não têm exatamente o mesmo significado. **revitalização** resume-se em recuperar o espaço ou construção.

A **renovação urbana** consiste em “uma forma de intervenção no tecido urbano existente em que o património urbanístico ou imobiliário é substituído, no seu todo ou em parte muito substancial” (DGT). “Renovação é a ação mediante a qual se procede à substituição das estruturas existentes; envolve, portanto, a demolição dos edifícios e a construção de novos imóveis. Pode ser pontual ou difusa quando, fruto da iniciativa privada, se destrói hoje um edifício aqui, amanhã outro ali, sem alteração da malha pré-existente, ou total quando se trata de uma operação de planeamento sobre uma área visando a mudança dos prédios e também da malha urbana e das infraestruturas que a suportam” (Salgueiro, 1992, p. 390). Essa prática se materializa no conjunto de operações urbanísticas que visam a reconstrução de áreas urbanas sub-ocupadas ou degradadas e, geralmente, implicam a substituição dos edifícios existentes.

O termo **revitalização urbana** é designado pelo “conjunto de operações destinadas a articular as intervenções de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais, visando a consequente melhoria da qualidade de vida nessas áreas ou conjuntos urbanos degradados” (Moreira, 2007, p. 119).

A **reabilitação urbana**, segundo Salgueiro (1992, p. 390), “é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. No geral envolve o restauro ou conservação de imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atracção, quer para os habitantes, quer para o exercício de atividades económicas e sociais compatíveis com a resistência”.

Entende-se como “uma forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios” (DGT).

O termo **requalificação urbana** refere-se a “recuperar o sentido da localização residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestruturização à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos, da nova rua ou da nova aldeia deverão levar à Metrópole, sem traumas de regresso(s). A estratégia deve levar a ações que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património - o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo” (CEDRU, 1990, p. 5)

Cada um desses processos gera, portanto, resultados diferentes para a área urbana. Todas elas, no entanto, estão ligados à mesma ideia: transformar e regenerar espaços, zonas ou áreas urbanas a fim de rejuvenescê-las através da reconstrução de prédios ou de espaços públicos. Esses processos surgem da necessidade de resolver questões económicas, sociais ou ambientais.

Para o presente estudo o mais importante desses conceitos é o da **requalificação urbana**, esse conceito foi abordado em Portugal inicialmente nos anos 80 do século XX, sendo por isso considerado recente. No entanto, são utilizadas outras designações ao

nível da intervenção no espaço urbano, nomeadamente reanimação/ revitalização, reabilitação, recuperação paisagística e renovação urbana (Moreira, 2007; Moura et al., 2006).

Actualmente, a **requalificação urbana** é considerada como um eixo prioritário nas intervenções urbanas, possibilitando uma operacionalização no tecido físico e social, ou seja, permite (re)criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade. Trata-se de um “instrumento para a melhoria de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica. Procura a (re)introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área. Provoca a mudança de valor da área, ao nível económico (actividades económicas com alto valor financeiro), cultural (localização de usos económicos relacionados com a cultura), paisagístico e social (produção de espaços públicos com valor de centralidade)” (Moura et al., 2006, p.20).

A **requalificação** permite ainda uma revitalização das áreas mais antigas das cidades, que correspondem aos centros históricos, e que se encontram em risco de decadência, de abandono e de degradação. Todavia, a requalificação urbana não pode canalizar as suas intervenções só para o centro histórico, mas também para as áreas envolventes a esta e que se encontram sujeitas à acção interventiva do Homem. Neste sentido, o conceito de requalificação urbana tem evoluído constantemente em função dos actuais problemas verificados no espaço urbano. (Silva, 2011)

O objetivo da **requalificação** urbana passa por valorizar as características de uma área urbana que está em transição devido a um processo de declínio, incluindo aspectos de carácter económico, social, ambiental e físico, nomeadamente (Moreira, 2007):

- Aspectos económicos: criação de novos espaços para o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações; condições para uma economia rentável; atividades para promover emprego, permitindo a inclusão no tecido produtivo;

- Aspectos sociais: contrariar a tendência da pobreza de certas áreas urbanas, alterando a sua percepção social; promover a coesão social, contrariando a marginalidade;

- Aspectos ambientais: “as condições ambientais são de grande importância na percepção que a população tem de uma determinada área e, em consequência disso, do comportamento que têm perante ela. Se uma área lhe é agradável frequenta-a mais, tornando-a mais segura, e tendo mais cuidado na sua preservação. Pelo contrário, se lhe é desagradável tenderá a assumir comportamentos hostis, nomeadamente ao nível da limpeza e conservação, que irão reforçar a sensação de insegurança na comunidade (Moreira, 2007, p. 120)”

A importância social, nomeadamente a necessidade de haver um envolvimento pela parte da população nas decisões ao nível da requalificação de um espaço, tem sido um ponto focal, assim como o conceito de sustentabilidade. Actualmente, o objectivo de se requalificar um espaço é que futuramente esse espaço seja auto-sustentável, em que os níveis de manutenção sejam menores mantendo os níveis de qualidade de vida.

3.2. Programas de intervenção e requalificação do espaço público urbano em Portugal

Conforme muitos outros Estados Membros da UE, a política urbana, em Portugal, foi desenvolvida em resposta aos problemas socioeconómicos na sequência dos processos de desindustrialização, incluindo elevadas taxas de desemprego, escassez de competências da população activa e decadência física e ambiental de algumas áreas urbanas.

Com o objectivo de responder aos desafios cada vez mais numerosos e complexos enfrentados pelas áreas urbanas, Portugal tem implementado um vasto número de programas e de medidas de apoio ao desenvolvimento urbano sustentável, ao longo das últimas duas décadas.

O seguinte quadro descreve os programas de desenvolvimento urbano sustentável em Portugal, desde 1988 até aos dias de hoje, que retractam o espaço público como o elemento alvo de intervenção. Estes programas têm o objectivo responder aos desafios das áreas urbanas, com a ajuda de fundos comunitários. É perceptível que actualmente existem programas em vigor, que visam apoiar o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas de Portugal, como o programa POLIS.

Quadro 2 - Programas de Desenvolvimento Urbano Sustentável em Portugal.

Adaptado de Caneira, 2017

Programas	Descrição
PRAUD 1988+	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas - “Apoiar os municípios na reabilitação ou renovação de áreas urbanas. Divide-se em duas vertentes: PRAUD-OBRAS, que financia operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, nomeadamente espaços públicos, edifícios com identidade histórica ou cultural, infra-estruturas, equipamentos, e o PRAUD-GTL, que visa o financiamento de acções de preparação e/ou acompanhamento das operações de reabilitação ou renovação das áreas urbanas” (Fernandes, 2012,p.21);
URBAN I 1994- 1999 URBAN II 2000- 2006	Programa de Iniciativa Comunitária - destinado a áreas urbanas pobres e à reabilitação de regiões degradadas; (áreas de incidência: Lisboa e Porto) Implementação de estratégias inovadoras de regeneração económica e social. Partilha de conhecimentos e experiências por toda a União Europeia - Requalificação de áreas urbanas com sinais de elevada degradação social e urbana; - Requalificar ambiente urbano e valorizar espaço público; - Revitalizar ambiente social; - Espaços de integração; - Áreas verdes para requalificar o ambiente existente e promoção de nova imagem; - Bairros sociais degradados; núcleos de barracas e construções precárias; zonas industriais desativadas; áreas de construção clandestinas; centros históricos;
1994-1999	Intervenção Operacional de Renovação Urbana - áreas urbanas pobres e reabilitação de regiões degradadas (áreas de incidência: Lisboa e Porto)
PRU 1997- 2003	Programa de Revitalização Urbana - revitalizar áreas caracterizadas por declínio urbano, economia débil, crime e exclusão social (áreas de incidência: 11 cidades portuguesas) - Tratamento e valorização de infraestruturas e dos eixos viários principais, instalação de equipamentos e arranjo de espaços públicos; - recuperação do património;
POLIS 1999+	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - impulsionar dinâmicas de desenvolvimento urbano, animação e regeneração; - melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanísticas e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de polos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional; - promover multifuncionalidade; - valorizar presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa; - aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos; - valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento; - centros urbanos; (áreas de incidência: 39 cidades NUTSII)
URBCOM 2000-2006	Programa integrado no programa operacional de economia (POE), actualmente com nova designação

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

	Programa de Incentivos à modernização da Economia (PRIME); responsabilidade das câmaras municipais; - promover áreas estratégicas para o desenvolvimento das cidades e outros espaços urbanos de menor dimensão através de projetos de urbanismo comercial, de revitalização e consolidação do tecido empresarial e requalificação do espaço urbano envolvente;
PROQUAL 2001	Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa - áreas suburbanas caracterizadas pela inexistência ou degradação de espaços públicos, apresentando um tecido urbano desintegrado, dificuldades nas acessibilidades, degradação do parque habitacional e do património cultural, forte concentração residencial e pouca diversidade funcional, não modernização ou desadequação das infra-estruturas de suporte à vida local e insuficiência dos equipamentos cívicos sociais;
IBC 2005- 2013	Iniciativa Bairros Críticos - soluções para territórios urbanos que apresentam vulnerabilidades críticas; (áreas de incidência: Lisboa e Porto)
POLIS XXI 2008+	Política de Cidades POLIS XXI - Elaborar planos de regeneração, promover atividades transfronteiriças, promover o envolvimento de entidades locais e regionais no desenvolvimento urbano (áreas de incidência: território continental português)
JESSICA 2007- 2013	Iniciativa JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas) financia projetos sustentáveis em áreas urbanas; - reabilitação e regeneração urbana incluindo regeneração de equipamentos e infra-estruturas urbanas; - eficiência energética e energias renováveis; - disseminação das tecnologias de informação e da comunicação em áreas urbanas, incluindo redes de banda larga e sem fios.
URBACT 2014-2020	Programa europeu de cooperação territorial, de aprendizagem colectiva e troca de experiências em torno da promoção do desenvolvimento urbano sustentável e integrado. - visa financiar a constituição de redes de cidades para o desenvolvimento de soluções comuns em torno de desafios urbanos contemporâneos, reafirmando a posição chave das cidades e das comunidades locais face à complexidade crescente das mudanças societárias; - apoia as cidades no desenvolvimento de soluções pragmáticas, inovadoras e sustentáveis que integrem igualmente as dimensões económica, social e ambiental. Neste âmbito, é promovida a partilha de boas práticas entre todos os profissionais envolvidos nas políticas urbanas através da Europa.

Além destes programas, existe ainda a “Estratégia Cidades Sustentáveis 2020” aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 61/2015, de 11 de agosto, constitui o quadro de referência estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável em Portugal e identifica os desafios, a visão, os princípios e os eixos estratégicos para as cidades no horizonte 2020.

Enquanto quadro de referência nacional para o desenvolvimento urbano sustentável, a Estratégia suporta-se no conhecimento do contexto e dos desafios que se

colocam transversalmente às cidades portuguesas para definir uma estratégia com base numa visão e em princípios orientadores.

A Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 integra um conjunto de instrumentos de participação, comunicação, informação e análise, de entre os quais se destaca o Fórum das Cidades, plataforma de comunicação orientada para os cidadãos e as cidades em três dimensões: Pensar a cidade, construindo um espaço de reflexão, produção e disseminação de conhecimento sobre as cidades e políticas urbanas; Fazer a cidade, colecionando informação sobre projetos urbanos em diversos temas de planeamento e gestão urbanística; Medir a cidade, construindo um barómetro da sustentabilidade urbana para as cidades portuguesas e promovendo ferramentas de analítica urbana.

4. Estratégias e Parâmetros de qualidade do Espaço Público

Gehl (2013) defende que as actividades em espaços públicos não deveriam ser introduzidas à força, nem criados espaços obrigatórios para determinadas funções. O espaço público deve ser desenhado de forma convidativa para as actividades que as pessoas quiserem fazer, permitindo assim uma iteração entre as pessoas e o espaço colectivo.

A falta de mescla e variedades de uso cria espaços públicos essencialmente de passagem, que não convida a permanência e apropriação desses espaços. Gehl (2013) salienta que mais importante que o número de usuários do espaço publico é a quantidade e o tempo de permanência deles nesse espaço. Isso porque o tempo de permanência reflecte atractividade e diversidade de usos permitidos.

Ainda segundo Gehl (2013), existem alguns critérios que determinam a qualidade de um espaço publico diverso, que estimula a apropriação e a permanência das pessoas, são eles: protecção contra o tráfego (segurança viária); protecção contra crimes e violência (segurança publica); espaços para caminhar; espaços de permanência; ter onde se sentar; possibilidade de observar; possibilidade de ouvir e conversar; possibilidade para brincar e praticar actividades físicas; oportunidade de aproveitar os aspectos positivos do clima (sol, sombra, brisa); e experiencias sensoriais positivas (diversidades de usos).













Proteção	<p>PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> Proteção aos pedestres Eliminar o medo do tráfego 	<p>PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ambiente público cheio de vida Olhos da rua Sobreposição de funções de dia e à noite Boa iluminação 	<p>PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Vento Chuva/ neve Frio/ calor Poluição Poeira, barulho, ofuscamento 
	<p>OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR</p> <ul style="list-style-type: none"> Espaço para caminhar Ausência de obstáculos Boas superfícies Acessibilidade para todos Fachadas interessantes 	<p>OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ</p> <ul style="list-style-type: none"> Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ficar Apoios para pessoas em pé 	<p>OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE</p> <ul style="list-style-type: none"> Zonas para sentar-se Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas Bons lugares para sentar-se Bancos para descanso 
	<p>OPORTUNIDADES PARA VER</p> <ul style="list-style-type: none"> Distâncias razoáveis para observação Linhas de visão desobstruídas Vistas interessantes Iluminação (quando escuro) 	<p>OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis de ruído Mobiliário urbano com disposição para paisagens/ para conversas 	<p>OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos Durante o dia e à noite No verão e no inverno 
Prazer	<p>ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana 	<p>OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> Sol/sombra Calor/frescor Brisa 	<p>EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Bom projeto e detalhamento Bons materiais Ótimas vistas Árvores, plantas, água 

Figura 25 – 12 critérios de Qualidade com respeito à paisagem do pedestre. Cidade para Pessoas, Jan Gehl (2010)

Um bom espaço público é aquele que reflete a diversidade e estimula a convivência entre as pessoas sem esforço, que cria as condições necessárias para a permanência, que convida as pessoas a estarem na rua. É a vitalidade dos espaços que atrai as pessoas e vai fazer com que escolham ou não os ocupar, e o que garante essa vitalidade é a possibilidade de usufruir dos espaços públicos de diversas formas.

O **Project for Public Spaces** (PPS), fala sobre o conceito **The Power of 10** (O Poder do 10), esse conceito defende que um bom espaço público precisa apresentar no mínimo dez possibilidades diferentes de atividades que as pessoas possam fazer nele – dez motivos para estar lá. A carência diversidade de usos e da apropriação dos espaços pelas pessoas acaba transformando essas áreas em locais de passagem, onde as pessoas não querem estar pelo simples fato de que não há nada que as faça ficar.



Figura 26 – Power of 10, Project for Public Spaces

Também abordado pelo **Project for Public Spaces - PPS**, o **placemaking** é um processo de planeamento, criação e gestão de espaços públicos voltado para pessoas. A principal ideia é tornar espaços em lugares, intervindo no espaço de forma que se torne uma referência de localidade para comunidade, promovendo uso e encontro para que se torne uma plataforma de interação entre as pessoas. Essa construção inclusive pode ser feita colectivamente, junto com a comunidade, através do diálogo entre quem projecta e quem utiliza o espaço.

Rogers (2017) assinala que quanto mais diversificados e vivos os espaços de uma cidade, menos desigual e mais rica e democrática torna-se a sociedade. Essa afirmação sustenta-se a partir da própria definição de espaço público: em essência, um ambiente aberto, de livre acesso e democrático.

Abaixo, são expostos os dez princípios apresentados por Rogers (2017) que devem ser contemplados em um bom espaço público e de que forma beneficiam as pessoas e a cidade. Os elementos abordados em cada item inter-relacionam-se uns com os outros – fachadas ativas e construções na escala humana, por exemplo, estão diretamente relacionadas ao fomento da economia local; é a conjugação entre eles que garantirá espaços acessíveis, equitativos e seguros e de qualidade.

Quadro 3 - 10 princípios para um bom espaço público (Ben Rogers, 2017)

<i>Diversidade de usos</i>	mesclar o uso residencial com áreas de trabalho e usos comerciais, como bares, restaurantes, cafés e comércio local, atrai as pessoas e torna o ambiente mais seguro e amigável. A diversidade de usos gera atividades externas que contribuem para a segurança dos espaços: mais pessoas nas ruas ajudam a inibir a criminalidade. Essa diversidade, porém, precisa abranger todos os turnos: se os espaços forem convidativos e movimentados somente durante o dia, ainda serão locais pouco seguros à noite. Planejar os espaços públicos de forma que incentivem a convivência e a permanência das pessoas é uma forma de investir também na segurança.
<i>Fachadas ativas</i>	a comunicação entre o nível térreo dos prédios e a calçada e a rua em frente, por razões semelhantes às do item anterior, contribui para a segurança, mas também para a atratividade do desenho urbano. Ruas mais interessantes visualmente são mais utilizadas pelas pessoas. Além disso, essa relação influencia a própria percepção que as pessoas têm da cidade e como a utilizam: Jane Jacobs diz que são principalmente as ruas e calçadas os elementos que indicam como o espaço público é percebido e vivido pelas pessoas.
<i>Dimensão social e vitalidade urbana</i>	como agregador de pessoas, o espaço público tem poder de influência também na dimensão social. Ruas, praças, parques, calçadas e ciclovias amplos e acessíveis e um

Escala humana

mobiliário urbano que estimula a interação entre as pessoas e o ambiente são elementos que geram uma apropriação positiva do espaço e aumentam a vitalidade urbana. É necessário, também, considerar diferentes centralidades e disponibilizar boas áreas públicas também nas periferias, garantindo o acesso à população que não vive no centro.

megaconstruções podem afetar negativamente a saúde das pessoas. Em seus estudos de campo, Jan Gehl observou que as pessoas tendem a caminhar mais rápido ao passar em frente a fachadas vazias ou inativas – em contraste com o passo mais lento e tranquilo ao caminharem em ambientes mais vivos e ativos. De forma semelhante ao que acontece com as fachadas ativas (item 1), construções na escala humana têm um efeito positivo na apropriação dos espaços pelas pessoas por uma razão simples: elas percebem que foram consideradas no processo de planejamento daquele espaço.

Iluminação

Iluminação eficiente e voltada para as pessoas facilita a ocupação dos espaços públicos também durante a noite, aumentando a segurança. Quando instalada na escala de pedestres e ciclistas, a iluminação pública cria as condições necessárias para circular com mais segurança quando não há luz natural.

Fomento à economia local

espaços públicos de qualidade não só beneficiam as pessoas, ao oferecer áreas de lazer e convivência, como têm potencial de fomentar a economia da área onde estão inseridos. Isso porque as boas condições de circulação das pessoas a pé ou de bicicleta leva também à facilidade de acesso ao comércio local. Esse ciclo mantém vivas as centralidades dos bairros, essenciais para fortalecer a economia da região.

Identidade local

ambientes públicos devem ser planejados para os pequenos negócios que caracterizam o bairro. Grandes empreendimentos (como supermercados, megalojas ou grandes empresas) podem contribuir para a economia de forma geral, mas têm pouca participação na escala do bairro. Os pequenos comércios e empreendimentos têm efeitos significativos a longo prazo, além de conferirem a personalidade e a identidade do local. Ainda, ao planejar um espaço público é preciso levar em conta as dinâmicas

Ruas completas

sociais e especificidades culturais da área, a fim de gerar a identificação das pessoas com aquele espaço.

sempre que possível, as áreas públicas devem ser pensadas seguindo os princípios das Ruas Completas e dos “espaços compartilhados”. O conceito de Ruas Completas define ruas planejadas para garantir a circulação segura de todos os usuários – pedestres, ciclistas, motoristas e usuários de transporte coletivo. Calçadas em boas condições, infraestrutura para bicicletas, mobiliário urbano e sinalização para todos os usuários estão entre os elementos que podem compor uma rua completa.

Áreas verdes

além de contribuir para a qualidade do ar e ajudar a amenizar as temperaturas no verão, a vegetação tem o poder de humanizar as cidades, atraindo as pessoas para atividades ao ar livre. À medida que as cidades se tornam mais densas, o acesso a espaços públicos verdes será ainda mais importante, uma vez que a arborização urbana pode amenizar os níveis de estresse das pessoas e reforçar a sensação de bem-estar nas cidades. Além disso, as árvores, plantas e canteiros são estratégicos para a drenagem urbana e a manutenção da biodiversidade.

Participação social

envolver a população na concepção, planejamento e administração dos espaços públicos da cidade ou dos bairros onde moram é essencial para manter a qualidade desses espaços. Os espaços públicos têm usos e significados diferentes em cada bairro e comunidade – ouvir as pessoas no gerenciamento das áreas públicas permite que se apropriem dos elementos presentes nesses espaços para melhorar seu uso. Se um espaço não refletir as demandas e desejos da população local, não será utilizado nem mantido. A participação social é um elemento central para a construção de áreas públicas mais seguras, equitativas e com uma identidade integrada ao bairro.

4.1. Metodologias de avaliação do espaço público

A eficácia de um programa de requalificação de espaço público depende sobretudo de uma metodologia de trabalho bem pensada e eficaz, por forma a maximizar o seu potencial. Para tal, é necessário que os mesmos sejam elaborados por equipas com conhecimento multidisciplinar por forma a encontrar resposta a todas as questões necessárias na sua elaboração.

A realização de metodologias de avaliação da qualidade do espaço público torna-se importante, na medida em que, colocam o espaço público num patamar superior ao que se encontrava. Através destas metodologias, pode-se responder de forma mais clara e incisiva, a problemas que nunca antes foram diagnosticados, tendo a acção da população um papel crucial.

- Diagrama do Lugar

Project for Public Spaces (PPS) é uma organização norte-americana sem fins lucrativos, que tem como objectivo ajudar os cidadãos a criar e a manter os seus espaços públicos, de modo a tornar mais forte e coesa a sua comunidade. A organização propõe um diagrama composto por *quatro aspectos fundamentais para o sucesso de um espaço público*, ou seja, as quatro qualidades que a organização considerou como as mais importantes para a concepção de bons espaços públicos: **sociabilidade, usos e atividades, conforto e imagem, acessos e ligações**.

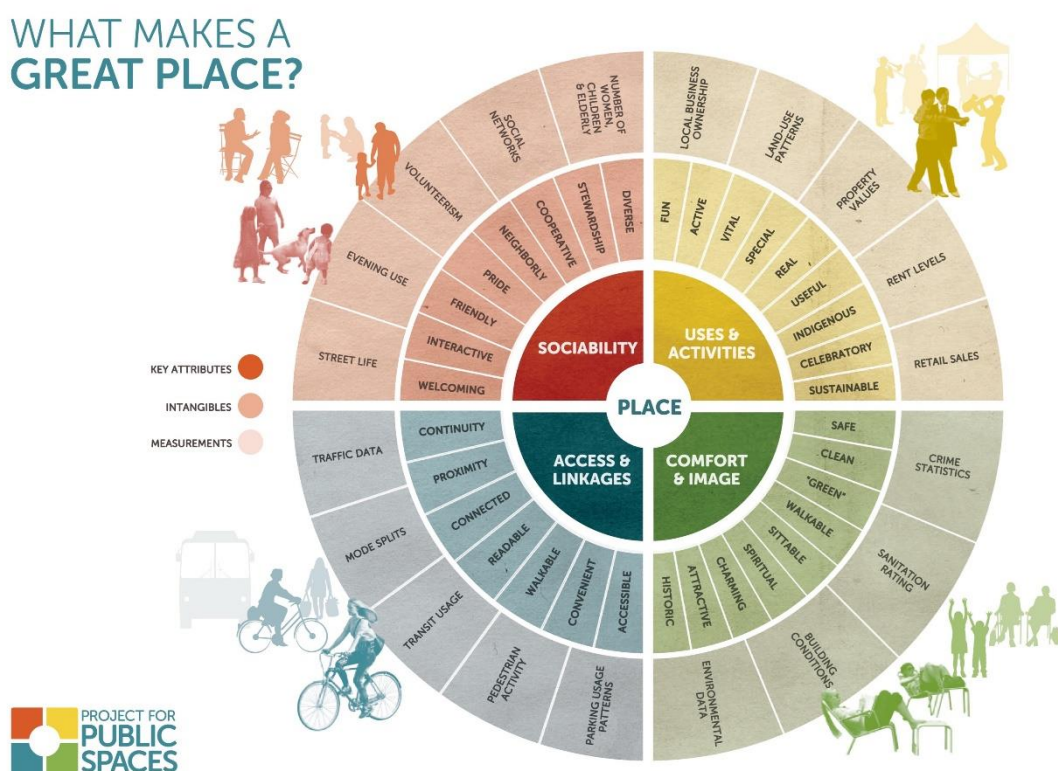


Figura 27 – Diagrama do Lugar, Project for Public Spaces

A utilização do diagrama é simples e deve ser feita por qualquer cidadão. O centro do diagrama – LUGAR - representa um local conhecido (uma rua, uma praça, um edifício) que poderá ser avaliado de acordo com os quatro critérios principais – **sociabilidade, usos e atividades, conforto e imagem, acessos e ligações**. Fora dos principais critérios, encontram-se diversos aspectos intuitivos ou qualitativos que

podem ser utilizados na apreciação de um lugar. Por fim, são encontrados diversos aspectos quantitativos que podem ser utilizados para formular estatísticas ou ser utilizados em pesquisas.

Em relação à **sociabilidade**, um determinado espaço público deverá ter diversas características: ser amigável, interativo, diverso do ponto de vista das pessoas que usam o espaço (mulheres, idosos, crianças), com boa vizinhança e que as pessoas se sintam bem-recebidas.

Ao nível dos **usos e das atividades**, um espaço público deve ser: ativo, vital, útil, especial e sustentável. Estes aspectos farão com que as pessoas se sintam bem a realizar uma determinada tarefa e que o espaço apresente diversas atividades.

O **conforto e a imagem** estão ligados às oportunidades que o espaço público oferece ao nível do mobiliário urbano, ou seja, oportunidades para sentar, para caminhar. A segurança e a limpeza são pontos essenciais, privilegiam-se espaços que estejam limpos, que sejam frequentados mais por mulheres do que por homens, já que as mulheres são mais seletivas e a diversidade de géneros e de idades num espaço público transmite maior sensação de segurança.

Por fim, os **acessos e as ligações** correspondem à conectividade de uma praça com a envolvente bem como a continuidade desse espaço através de fachadas interessantes que permitam que o caminhar pelas ruas seja uma atividade segura e atractiva. Para além desta continuidade do espaço, a proximidade e a acessibilidade dos espaços públicos, estes devem ser de fácil leitura e os diferentes modos de transporte devem estar bem articulados.

Em resumo, este método de avaliação é bastante simples e eficaz, abrange diversos aspectos que devem ser observados no espaço público e baseia-se em questões de fácil percepção por parte dos cidadãos, possibilitando a detecção de problemas existentes e investigação de soluções pelos próprios usuários do espaço.

Além disso, essa metodologia oferece uma vertente que pode ser aplicável a qualquer cultura e contexto geográfico, pois foca na utilização e nas características qualitativas e sensoriais destes espaços e não somente a dimensão material dos espaços públicos.

- DGOTDU

Os 7 critérios definidos pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – DGOTDU – resultam da adaptação do livro “O chão da cidade” (Quadro 5). Os 7 critérios englobam a avaliação do espaço público, tanto do ponto de vista do espaço público em si e das características que devem assegurar, como da percepção da população face ao espaço público e a envolvente, adicionando aspectos ligados à sustentabilidade, identidade, acessibilidade e mobilidade.

Quadro 4 - Critérios para avaliação do Espaço Público (Brandão, 2008)

Identidade	<p>Promove o carácter formal e os significados reconhecíveis no local</p> <p>Promove os padrões característicos da cultura e do desenvolvimento local</p> <p>Promove a criação de novos elementos de diferenciação</p>
Continuidade, permeabilidade	<p>Proporciona uma boa integração no contexto e na malha urbana</p> <p>Possibilita o reconhecimento, diurno e noturno de marcos de orientação</p> <p>Estabelece uma clareza de delimitações, entre espaço público e privado</p>
Segurança, conforto, apazibilidade	<p>Promove a segurança de pessoas e bens e a relação segura peões - tráfego</p> <p>Oferece qualidade visual e relação intensa e aprazível com a envolvente</p> <p>Incorpora critérios de conforto, utilidade, ergonomia para os utentes</p>

Acessibilidade e mobilidade	Oferece facilidade de movimentação, e/ou de atravessamento e/ou ligação
	Promove a interligação dos padrões de movimentação (modos e percursos)
	Atento às expectativas e necessidades no uso do espaço, sem exclusões
Diversidade e adaptabilidade	Flexibilidade para adaptação a usos diversos e a possíveis mudanças futuras
	Compatibilidade com a escolha de diferentes serviços e equipamentos
	Promove a diversidade formal (natural/artificial) e alternativas de vivência
Robustez e resistência	Adequação às solicitações do uso e desgaste e aos elementos do clima
	Adequação à prevenção do vandalismo
	Adequação ao maior tempo útil de vida possível, diminuindo a manutenção
Sustentabilidade	Económica - É viável no tempo, produz valor superior ao consumido
	Ambiental - Com pouco impacte ecológico, na construção e manutenção
	Social - Corresponde às aspirações e necessidades, promove a equidade
	Cultural - Reconhecimento dos significados, com clareza e consistência

Os critérios propostos pela DGOTDU incluem a dimensão da sustentabilidade económica, ambiental, social e cultural, pois a visão do espaço público deve incluir as preocupações ambientais. A introdução dos elementos verdes traz benefícios tanto para

a cidade (aumento de espécies autóctones, aumento de espaços verdes na cidade, maior embelezamento da cidade) como para a população, mas também deve incluir aspectos económicos porque é fundamental perceber os custos associados à criação dos espaços públicos, à sua gestão e manutenção.

Este método divide os critérios relevantes em dois níveis: os critérios gerais e os critérios específicos. Os critérios gerais referem-se às características qualitativas do espaço, tais como, a identidade, continuidade, mobilidade, acessibilidade, permeabilidade, segurança, conforto e aprazibilidade, inclusão social, legibilidade, diversidade, adaptabilidade, robustez, durabilidade e sustentabilidade - critérios estes importantes num espaço público.

Os critérios específicos referem-se a todos os “pormenores” inerentes ao espaço, tais como, os elementos e sistemas de comunicação, equipamentos e mobiliário urbano, estruturas e elementos de iluminação, estruturas subterrâneas, elementos naturais e de expressão artística (arte urbana), infra-estruturas viárias e de transportes. Cada critério específico apresenta os seus objectivos.

Essa metodologia está direccionada essencialmente para os técnicos que projectam o espaço público. A avaliação da qualidade do espaço público feita através deste método é bastante completa e descritiva podendo ser os problemas encontrados de forma mais precisa.

- Avaliação PSSS

Criado no âmbito do projecto de investigação “Valor de serviço do espaço público como sistema urbano – PSSS (Public Space’s Service System)”, o método PSSS propõe uma teoria e um método para interpretar e avaliar o serviço do espaço público, evidenciando os problemas, integrando as perspectivas dos actores e revelando o valor gerado, ou seja, seu potencial, no processo de avaliação.

Essa metodologia adequa-se a qualquer espaço público, seja de proximidade – uma rua ou uma praça – ou de maior dimensão – a malha urbana de um bairro ou um conjunto de parques. Mas o seu objecto central é a noção de sistema de espaço público.

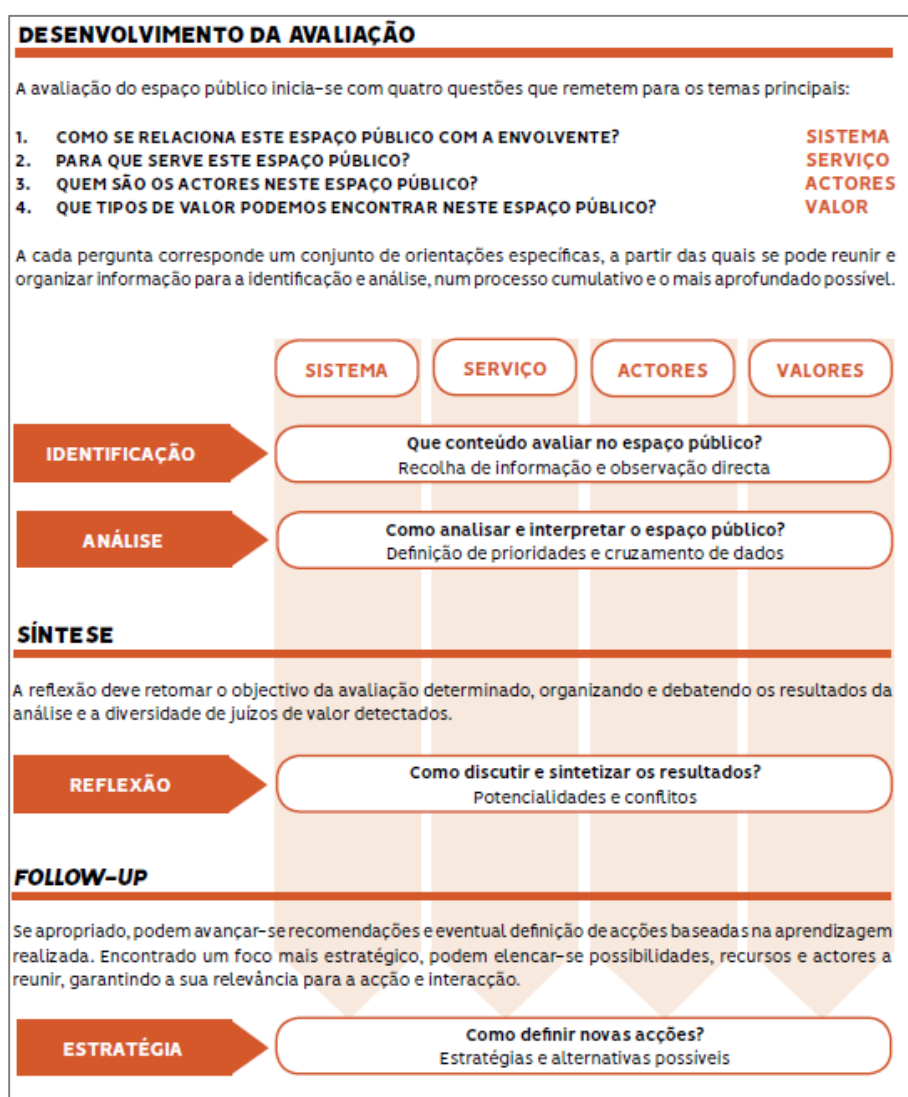


Figura 28 – Avaliação PSSS. (Brandão, 2018)

Da aplicação do PSSS, com abertura e reflexividade, podem decorrer impactos relevantes, integrados em processos de interpretação do serviço do espaço público, tais como:

- Compreender as dinâmicas de utilização de um espaço público: perceber o que funciona e o que não funciona, porque é mais ou menos usado;
- diagnosticar os serviços sistémicos do espaço público reais e/ou os seus potenciais benefícios, em diferentes contextos, respondendo às necessidades e aspirações das comunidades;
- criar condições para o diálogo entre os diferentes actores (e interesses), identificando necessidades e anseios;
- melhorar a governança integrando as visões partilhadas dos actores em relação às quais haja implicação de valores públicos;
- apoiar um roteiro para políticas urbanas com foco nos valores e serviços do espaço público, na sua defesa e visibilidade.

O desenvolvimento da avaliação parte da **identificação** do sistema de espaço público. Esta fase de identificação permite a abordagem ao conceito de sistema e é também importante para a organização de informação de suporte.

A identificação e descrição do sistema devem seguir os critérios identificados na imagem abaixo e ser acompanhadas de um registo gráfico iterativo: os critérios podem sobrepor-se até que, no seu conjunto, definam um sistema que representa o espaço público e o objectivo de avaliação pretendido.

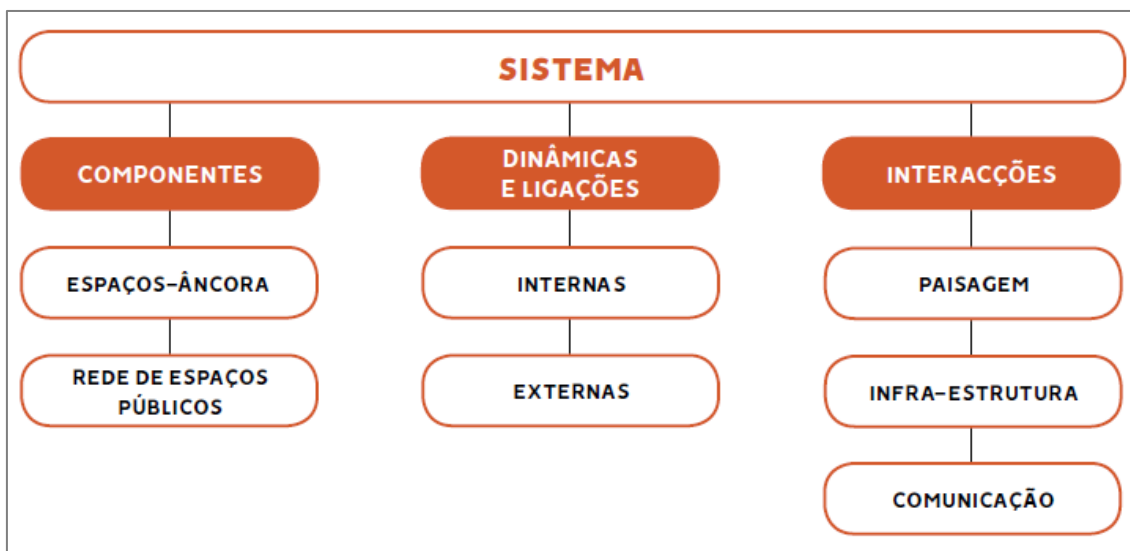


Figura 29 - Critérios de identificação do sistema de espaço público. (Brandão, 2018)

Em seguida é feita a identificação da natureza do serviço público, isto é, o modo como o espaço público “serve”, assim se pode classificar a diversidade de serviços presente em várias funções e actividades e no modo como o espaço é apropriado. A identificação é feita a partir da descrição e mapeamento dos serviços que existem no espaço público, reunindo informação sobre a sua utilização quotidiana, numa observação directa dos usos dos espaços e das suas dinâmicas.



Figura 30 - Matriz dos serviços do espaço público. (Brandão, 2018)

O terceiro passo é a identificar os actores que estão relacionados com o espaço público, isso permite vincular o processo aqueles que tenham vínculos ou relações com o próprio espaço. Esta identificação garante que se abrangem diversos pontos de vista sobre o espaço público, tornando o processo mais complexo, mas também mais próximo da multiplicidade de perspectivas que ocorrem na realidade.

UTILIZADORES	PRODUTORES	REGULADORES
Residentes, comerciantes, trabalhadores	Promotores/investidores	Câmaras municipais
Clientes (comércio e serviços)	Projectistas/outros técnicos	Juntas de freguesia
Visitantes e turistas	Empreiteiros/construtores	CCDRs, DGT, empresas
Associações (moradores, desportivas, religiosas, ambientais, do património, comerciais, cívicas, profissionais, de deficientes, ONG)	Proprietários imobiliários	municipais, SRU, institutos públicos
Gestores de equipamentos, de infra-estruturas e serviços	Mediadores imobiliários	Protecção Civil e autoridades policiais
Automobilistas, peões, ciclistas	Políticos, organizações partidárias	Administradores privados de espaços colectivos
Grupos etários ou de género	Serviços públicos/colectivos (transportes, estacionamento, água, saneamento, energias, comunicações, resíduos)	...
Media	...	
...		

Figura 31 - Tipos de actores relacionados com o espaço público

Para finalizar a etapa de identificação é feita a identificação dos valores presentes. Diversificando entre contextos e perspectivas, o valor está dependente do reconhecimento ou da atribuição de importância por parte de alguém – não decorre apenas de qualidades físicas, mas da forma como os espaços são percebidos. Por isso, é frequente que num espaço se encontrem diferentes valores contraditórios ou conflituantes.

VALOR ECONÓMICO	A intervenção no espaço público pode envolver investimentos relevantes e gerar retorno económico, mais-valias e competitividade dos agentes. Não sendo o espaço público em si objecto de troca, o retorno (ou vantagem) do investimento pode traduzir-se na atracção de utilizadores ou de investimento na envolvente, ou gerar eventuais conflitos ou carências de serviço (privatização, gentrificação, etc.).
VALOR DE USO	Capacidade que o espaço público tem para satisfazer as necessidades dos seus utilizadores e a sua adequação para o funcionamento da cidade. Manifesta-se na capacidade de acomodar usos e funções (formais e informais) e de servir e acolher utilizadores com necessidade diferentes. A adequabilidade (utilidade) do espaço público ao uso dos seus fruidores pode corresponder a um valor de uso maior, enquanto o conflito o diminuirá.
VALOR SOCIAL	Refere-se aos benefícios ou contribuições do espaço público para o bem-estar, satisfação de necessidades colectivas ou desenvolvimento das comunidades. Embora a socialização não dependa exclusivamente do ambiente construído, o espaço público é o pano de fundo onde ela acontece. Aqui podem estabelecer-se oportunidades para a interacção social positiva, activa ou passiva, criando ou reforçando a identidade local e a apropriação dos espaços.
VALOR AMBIENTAL	Refere-se à contribuição que o espaço público tem no meio ambiente, em especial a relativa aos sistemas naturais e na redução dos impactos. O espaço público é suporte da interacção com a natureza em várias funções, desde a relevância estética das cidades à redução da poluição. A sua configuração pode incentivar a adopção de comportamentos ambientalmente sustentáveis, promovendo benefícios na saúde pública e para a sustentabilidade urbana.
VALOR CULTURAL	Expressa, relacional e fisicamente, a contribuição do espaço público na expressão e construção da identidade e na promoção de uma cultura partilhada por uma comunidade. O carácter aberto e interactivo do espaço público é privilegiado para a expressão da cultura do lugar e da comunidade: usos, práticas, ideias e representações, com um carácter distintivo – a identidade – reflectindo interpretações do passado – herança, património – ou do futuro – aspirações, projectos.
VALOR DE IMAGEM	Exprime como o espaço público contribui para a transmissão de uma mensagem associada ao prestígio, reconhecível, distintiva, memorizável e compreensível. O espaço público é lugar de comunicação e expressão, onde diversos significados podem ser representação (imagem) de um valor (ideais estéticos e outros) contribuindo para estimular a identidade e o sentimento de orgulho; ou transformados em processos de comoditização (branding).

Figura 32 - Tipos de valores. (Brandão, 2018)

A partir da identificação dos quatro temas – sistema, serviço, actores e tipos de valor – é possível focar a avaliação nos aspectos essenciais e mais relevantes de interpretação, estabelecendo o quadro de análise específico para o caso em questão. Esta fase de **análise** consiste na definição dos aspectos mais relevantes a tratar. Os quatro temas essenciais da avaliação são tratados em simultâneo, tentando interpretar as relações e implicações entre eles.

DIVERSIDADE	<p>Compreender a presença de elementos urbanos, serviços ou utilizadores de espaço público: lógica de mistura ou inclusão.</p> <ul style="list-style-type: none">• Variações formais – nos espaços construídos ou espaços abertos.• Multifuncionalidade – existência de um mix de usos e de actividades.• Presença de diferentes perfis de utilizadores – idades, estratos sociais, culturas, etc.• Variedade temporal – eventos, momentos ou ciclos, em que o espaço tem outros significados.
CONECTIVIDADE	<p>Compreender as ligações entre componentes, actividades ou actores de um sistema de espaço público.</p> <ul style="list-style-type: none">• Continuidade (física, visual, funcional) Ligações entre componentes do sistema e entre serviços prestados (por exemplo, os serviços onde a continuidade é mais premente); componentes de ligação dos sistemas – redes infra-estruturais, paisagem.• Descontinuidades ou obstáculos Barreiras, fragmentação física ou de acesso (por exemplo, acesso condicionado, funções exclusivas, diferenciação social, etc.). Ter em conta diferentes tipos de utilizadores.
DIFERENTES FORMAS DE INTERACÇÃO	<p>Compreender as relações dinâmicas entre componentes, actividades ou actores de um sistema de espaço público.</p> <ul style="list-style-type: none">• Sinergia ou complementaridade Diferentes serviços contribuem para a melhor performance de todos, alianças entre actores que se beneficiam mutuamente.• Conflitos ou dominâncias A existência de um ou mais serviços impede ou condiciona a oferta de outros serviços do sistema; áreas de acordo e desacordo entre actores.• Influência Poder de influência ou relações de dependência de actuação.
ESCALAS (DE ATRAÇÃO/ INFLUÊNCIA)	<p>Compreender a influência espacial dos diferentes componentes do sistema, a capacidade de atracção (de utilizadores) dos diferentes serviços e a influência dos actores no território e entre eles.</p> <ul style="list-style-type: none">• Serviços e componentes capazes de atrair utilizadores:<ul style="list-style-type: none">• por proximidade (Local) ou distância (metropolitana);• dentro do sistema/fora do sistema.• Concentrações de pessoas e espaços de interacção social:<ul style="list-style-type: none">• que tipo de utilizadores, proveniência, motivação.• Influência nas dinâmicas de transformação urbana:<ul style="list-style-type: none">• atracção de novos serviços e usos;• novos investimentos imobiliários.
INTELIGIBILIDADE	<p>Compreender a clareza com que determinado sistema é legível e compreensível, incluindo a sua forma, os seus serviços e o modo como os actores identificados o fazem.</p> <ul style="list-style-type: none">• Coerência formal do desenho e articulação dos espaços.• Coerência entre os espaços e os serviços associados.• Reconhecimento pelos actores dos seus próprios sistemas de uso.

Figura 33 – Critérios de análise. (Brandão, 2018)

Na fase de **reflexão** os resultados são apresentados e debatidos tendo em conta a resposta aos objectivos inicialmente definidos. Entre os possíveis resultados podem estar: compreender melhor como o espaço funciona para diferentes utilizadores, identificar áreas de conflito a serem melhoradas e potencialidades a desenvolver, entre outros.

Para finalizar, a fase **estratégia** aproveita os resultados obtidos para avançar com recomendações. As recomendações podem ser alargadas e dar origem a um raciocínio estratégico, próprio da definição de acções, com a identificação de objectivos para alternativas futuras. Para que as novas iniciativas tenham seguimento, é vital que a rede de intervenientes seja mantida e os avanços partilhados.

Desse modo o método PSSS evidencia as contribuições que o sistema de espaço público tem nos espaços urbanos, reforçando o seu papel como uma rede estruturante, uma organização de serviços fornecidos num espaço comum, de todos os utilizadores e actores, que pode ser interpretado nessa qualidade, com diferentes fins, acessíveis a todos.

Esta metodologia abrange diferentes aspectos do espaço público, possui uma abordagem sistémica e multidimensional, centrada nos actores e decorrente do serviço prestado e não de um conjunto de qualidades indefiníveis, nem de uma transacção de “valor do espaço público” como mercadoria. Sendo assim é um excelente método de análise técnica que não se limita de qualidade ou agradabilidade estéticas e intuitivas.

4.2. Síntese da avaliação da qualidade do espaço público

A análise das diferentes estratégias e parâmetros de qualidade do espaço público discutidas no subcapítulo 3.2 e as metodologias de avaliação do espaço público abordadas no capítulo 4 contribuíram para a definição de um referencial de critérios de qualidade do espaço público a adoptar para a cidade de Lisboa, especificamente locais de intervenção do programa “Uma Praça em cada Bairro”.

A partir da discussão teórica e conceitual que auxiliam as análises apresentadas nesse trabalho, entende-se que um espaço público deve ser um espaço de livre acesso e não de delimitações ou impossibilidades de apropriação, onde possa oferecer diversas vivências lúdicas, experiências que possibilitem aos sujeitos uma ressignificação dos espaços, fazendo com que os mesmos possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações em sociedade.

Jan Gehl (2013) avalia estas estruturas que caracterizam um bom espaço público e também integram a dimensão sensorial por isso, numa primeira abordagem, os critérios-base utilizados para a elaboração do referencial foram os 12 critérios de Jan Gehl, uma vez que permitem caracterizar o espaço público do ponto de vista da qualidade do mobiliário urbano; do espaço destinado aos peões; do espaço envolvente; do desenho do espaço público; e das experiências sensoriais, ou seja, da percepção das pessoas tanto do ponto de vista da segurança, como do conforto e da escala.

Estes critérios-base serão trabalhados dentro de componentes chave recorrentes na metodologia de avaliação do espaço público do PSSS. Assim no referencial proposto os espaços públicos - as praças, serão avaliados a partir da análise adaptada da etapa de identificação dos serviços existentes no espaço público.

Como as análises serão feitas em espaços que já sofreram intervenções e melhorias, serão estabelecidos pesos diferentes a cada critério nos diferentes casos, levando em conta os objectivos das intervenções. Por exemplo, se o objectivo principal da intervenção de um espaço público possui relação com a INTERACÇÃO, esses critérios terão mais peso na análise.



Figura 34 – Diagrama de critérios de qualidade do Espaço Público. Adaptado de Brandão, 2018

A partir desta proposta que conjuga os 12 critérios de qualidade do espaço público de Jan Gehl e os critérios de qualidade do PSSS, pretende-se agora desenvolver uma análise mais ampla e compreensiva aos casos de estudo de intervenções desenvolvidas no âmbito do programa “Uma praça em cada bairro”. Para daí igualmente se poder aferir da visão e da qualidade da estratégia do programa como um todo e se este deve ser tido como referência para outros programas e cidades.

Quadro 5 – Referencial de análise da qualidade do espaço público. (Fonte: Autor)

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
	ACESSO	Assegura o acesso ao próprio espaço público e a outros espaços construídos ou não construídos.			
SUPORTE	PROVISÃO INFRAESTRUTURAL	O espaço público é veículo para a instalação de redes de infra-estruturas de abastecimento e recolha	Redes de distribuição de energia, comunicações, e abastecimento de água		
			Existência de um sistema de drenagem		
			Disponibilidade de recolha de resíduos e ecopontos		
	ACOLHIMENTO	Oportunidades para aproveitar aspectos positivos do clima	Oferece qualidade visual e relação intensa e aprazível com a envolvente		
			Elementos verdes e presença de água		
		Experiências sensoriais positivas	Existência de sombras		
		Escala	Edifícios e espaços de acordo com a escala humana		
	REGULAÇÃO	Oferece serviços de regulação climática, proporcionando benefícios a partir de estruturas naturais ou artificiais que regulam as condições ambientais.	Presença de vegetação e cursos de água		
			Soluções de retenção, desvio ou infiltração de água		
INTERAÇÃO	TROCAS	Actividades económicas	Qualidade dos espaços comerciais (atractivos e diversos)		
			Comércio local, pequenos negócios		
		Actividades culturais	Eventos de bairro		
			Eventos ao longo ano		
		Actividades físicas	Equipamento existente (qualidade, quantidade, manutenção)		
	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para caminhar	Interessantes, atractivas e diversas		
			Espaços para caminhar com boas superfícies		
			Ausência de obstáculos		
		Oportunidades para permanecer em pé	Acessível a todos		
			Apoio para pessoas em pé		
		Oportunidades para permanecer em pé	Zonas atraentes para permanecer em pé		

Quadro 6.1 – Referencial de análise da qualidade do espaço público. (Fonte: Autor)

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
INTERACÇÃO	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para se sentar	Incorpora critérios de conforto, utilidade, ergonomia para os utentes		
		Oportunidades para observar	Vistas desobstruídas e interessantes		
		Oportunidades para ouvir e conversar	Espaços para estar (qualidade, quantidade, manutenção)		
			Nível de ruído		
	MOBILIDADE	Ruas completas	Espaços compartilhados para peões, ciclistas, carros e transporte público		
		Qualidade das ligações pedonais	Oferece facilidade de movimentação, e/ou de atravessamento e/ou ligação		
	CONTROLO E GESTÃO	Protecção contra o tráfego	Segurança para os peões		
			Nível de receio face ao tráfego		
		Protecção contra o crime e a violência	Ambiente cheio de pessoas e heterogéneo		
			Iluminação		
			Sensação diurna		
			Sensação nocturna		
		Protecção contra experiências sensoriais desagradáveis	Grau de limpeza		
			Nível de poluição (sonora, atmosférica)		
REFERÊNCIA	IMAGEM	Possibilidade de reconhecer a imagem da cidade - sentido de pertencimento.	Presença de paisagens e elementos marcantes		
			Presença de dispositivos de comunicação		
	CULTURAL E SIMBÓLICO	Proporciona a transmissão e manifestação de significados e simbolismos	acesso a valores espirituais (santuário, cemitério, etc.), ou culturais,		
			formas de nomeação e memória (toponímia, património, memorial)		

5. Lisboa: “Uma Praça em cada Bairro”

5.1. Conceito e Objectivos

O programa “Uma Praça em cada Bairro” tem como finalidade valorizar a identidade de Lisboa, como uma Cidade de Bairros, sendo esse conceito um dos eixos do programa do governo da cidade de Lisboa 2013/2017. Pretende-se que, a partir de uma praça, de uma rua, de uma zona comercial, do jardim do bairro ou de um equipamento colectivo existente ou projectado possa se organizar um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre actividade e emprego, e que se consagre como espaço público de excelência e local de estar.

A visão estratégica definida para o programa “Uma Praça em cada Bairro”, pretende promover a cidade de Lisboa como uma cidade sustentável, melhorando a qualidade dos espaços públicos através da redução do número de veículos, do incentivo ao uso dos transportes colectivos e da deslocação em modos suaves. Também se pretende desenvolver uma cidade inclusiva onde o espaço público possa ser utilizado por todas as pessoas e os diferentes modos de transporte possam coexistir de forma confortável e segura.

Assim, as propostas de intervenção pretendem contribuir para a definição de eixos marcantes da cidade onde se preconiza a multifuncionalidade, valorizando o espaço público e a interacção entre os utilizadores, os serviços, o comércio, os transportes colectivos, o automóvel e outros modos de transporte. Integra-se ainda no objectivo de dotar a cidade de uma rede alargada de modos suaves de transporte, nomeadamente pelo alargamento da rede de ciclovias.

Segundo o Relatório Metodológico do programa “A proposta de intervenção consiste na requalificação de cada uma destas microcentralidades aumentando as áreas de estar ao ar livre tornando-as mais confortáveis e seguras – alargando passeios, instalando esplanadas, plantando árvores, criando sombras, reintroduzindo a água como elemento da paisagem urbana, atenuando o impacto do tráfego automóvel, – mas igualmente incentivando a instalação de comércio e equipamentos colectivos de proximidade.” (Câmara Municipal de Lisboa, 2015)

A elaboração deste programa conta com a colaboração de 24 freguesias para desenvolver espaços públicos de qualidade, interligando as temáticas: economia, transportes, sociedade e ambiente. Em síntese podemos apontar como seus objectivos os seguintes:

Quadro 7 - Principais objectivos do programa Uma Praça em Cada Bairro. (CML, 2015)

Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none">- Melhorar a qualidade do espaço público;- Aumentar o espaço destinado para os peões e por sua vez organizar o trânsito automóvel;- Privilegiar a deslocação em modos suaves (a pé e de bicicleta) bem como a deslocação em transportes públicos;- Promover a apropriação dos espaços públicos, fomentado o sentimento de identidade e pertença dos espaços públicos, desenvolvendo uma convivência social nos espaços públicos.
Intervenção nas centralidades	<ul style="list-style-type: none">- Melhorar as acessibilidades e a circulação pedonal, sendo necessário desenvolver uma rede pedonal contínua segura, eficaz, multifuncional e de acesso universal. Este objectivo permitirá desenvolver uma cidade sem barreiras, uma cidade para todas as pessoas;- Promover a multifuncionalidade dos espaços públicos, através da diversidade de comércio e serviços, o que permitirá aumentar a interacção entre as pessoas;- Promover a deslocação em modos suaves através da promoção da deslocação a bicicleta através da criação de mais ciclovias e da utilização de transportes colectivos;- Articular com o Plano de Acessibilidade Pedonal e a Estratégia da Câmara Municipal, promover a acessibilidade nos próximos 5 anos.

Para além da percepção destes objectivos, é importante enquadrar os conceitos utilizados no projecto, nomeadamente: Bairro e Centralidade.

Bairro – A definição do conceito de bairros é algo impreciso e discutível, uma vez que não tem uma delimitação territorial precisa. Contudo, a sua delimitação poderá ser feita através do consenso entre os habitantes nesse local e os que residem fora dele. Para a delimitação dos bairros foi considerada a evolução histórica de Lisboa e a sua evolução administrativa; inseriu-se os bairros como subdivisão das freguesias da cidade “(...) prevalecendo os pressupostos históricos e morfológicos, o que implicou que alguns bairros possam pertencer a mais que uma freguesia”. (Câmara Municipal de Lisboa, 2015)

Centralidade – As centralidades constituem pontos de importância a nível local. São pontos de atracção que polarizam pessoas, actividades, veículos, capitais e mercadorias, dado que são zonas de abastecimento diário. Um dos factores determinantes para a definição de uma centralidade é a acessibilidade, ou seja, a forma como as pessoas se deslocam para um dado espaço quer seja a pé, de bicicleta ou através de transportes públicos, sendo que a acessibilidade deverá ser assegurada para os residentes, mas também para os visitantes, trabalhadores e estudantes.

5.2. Metodologia do programa

A elaboração da metodologia do programa “Uma Praça em cada Bairro” teve como inspirações, exemplos de referência de intervenção em espaço público como: o *Plaza Program*, Nova York, e a metodologia do Diagrama do Lugar desenvolvida pela organização *Project for Public Spaces*.

O *Plaza Program* desenvolvido na cidade de Nova York, consiste em um programa de revitalização e renovação dos espaços públicos implementado pelo Departamento dos Transportes (DOT) desta cidade. O Programa funciona em articulação com entidades sem fins lucrativos e tem por principal objectivo garantir o acesso a um espaço público de qualidade a todos os habitantes, numa distância de menos de 15 minutos a pé. As organizações sem fins lucrativos candidatam projectos para constituir novos espaços públicos para os bairros em que se localizam. O DOT prioriza os projectos em função da maior falta de espaços abertos de qualidade, promovendo a intervenção em articulação com grupos comunitários que se comprometem a utilizar, manter e gerir esses espaços de modo a que sejam espaços pedonais dinâmicos.

Figura 35 - Pearl Street, New York. Espaços subutilizados funcionando como estacionamento. (Global Designing Cities, 2016)



Figura 36 - Pearl Street, New York. Praça requalificada com mobiliário e jardim. (Global Designing Cities, 2016)



A metodologia aplicada no programa “*Uma Praça em cada Bairro*” encontra-se definida em 3 fases. A primeira fase dedicada à análise programática que compreendeu a análise urbana tanto através de cartografia histórica como de indicadores de desenvolvimento urbano, o que permitiu delimitar os bairros e as 30 áreas prioritárias.



Figura 37 - Escalas do urbano na cidade (CML,2015)

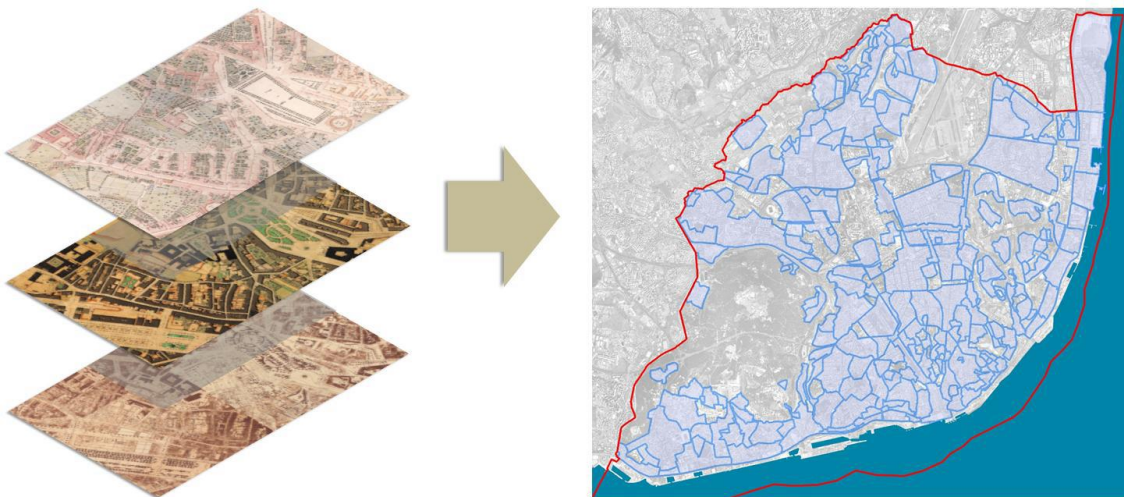


Figura 38 - Esquema da metodologia de delimitação dos bairros. (CML,2015)



Figura 39 – 30 Praças Prioritárias. (CML, 2015)

Para a identificação e delimitação de centralidades na cidade de Lisboa utilizou-se uma forma adaptada da metodologia PPS (*Project for Public Spaces*), utilizando diferentes indicadores de caracterização como a densidade populacional, dimensão média da família, frentes de comércio, pontos de sociabilidade, edifícios classificados, equipamentos colectivos, vias e nós viários, analisando-os através de um SIG (Sistema de Informação Geográfica). As áreas que se destacavam foram depois sujeitas a uma análise em pormenor na qual se procuravam jardins, praças, largos e ruas que traduzissem a centralidade.



Figura 40 – Diagrama do Lugar, PSS (CML, 2015)



Figura 41 - Esquema adaptado da metodologia Project for Public Spaces (PPS) utilizada para a classificação das centralidades. (CML, 2015)

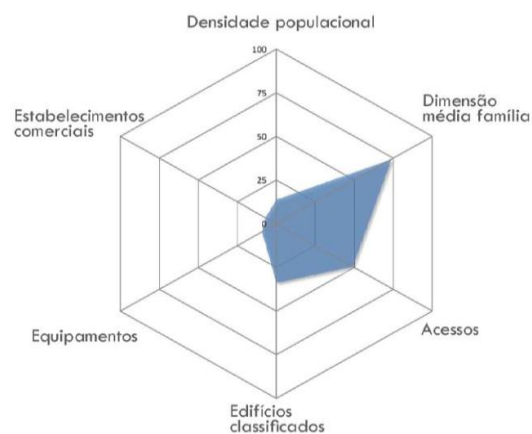


Figura 42 – Diagrama de análise. (CML, 2015)

A segunda fase foi dedicada à participação pública, onde foi essencial recolher os contributos da população para que fosse possível incluir os contributos no projecto. É nesta fase que é feita a apresentação da metodologia bem como das propostas e dos projectos.

A fase de projecto e de obra é a última fase que corresponde à apresentação pública dos projectos e ao lançamento das empreitadas que iniciará ainda este ano.

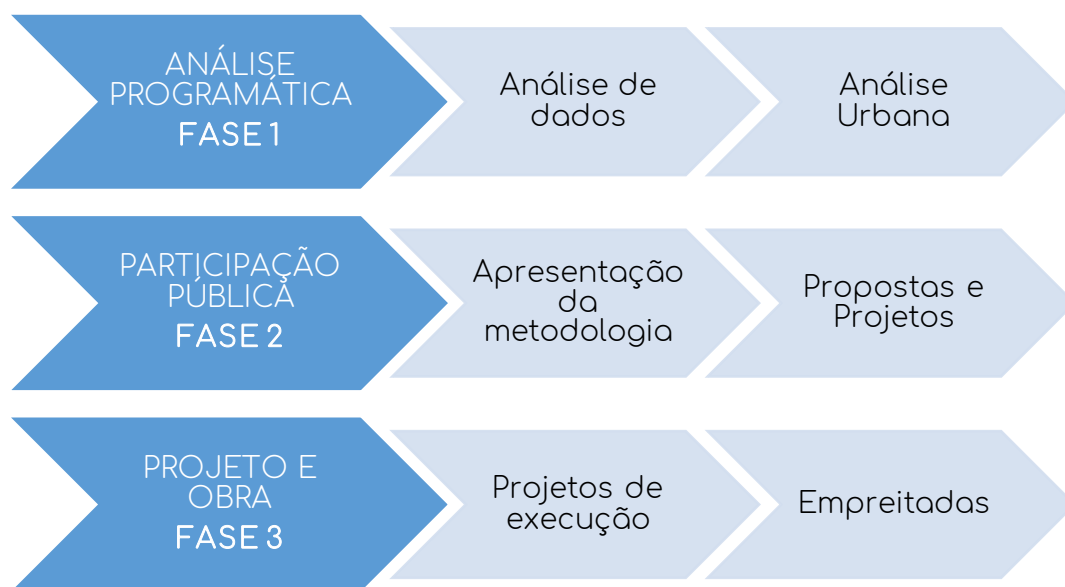
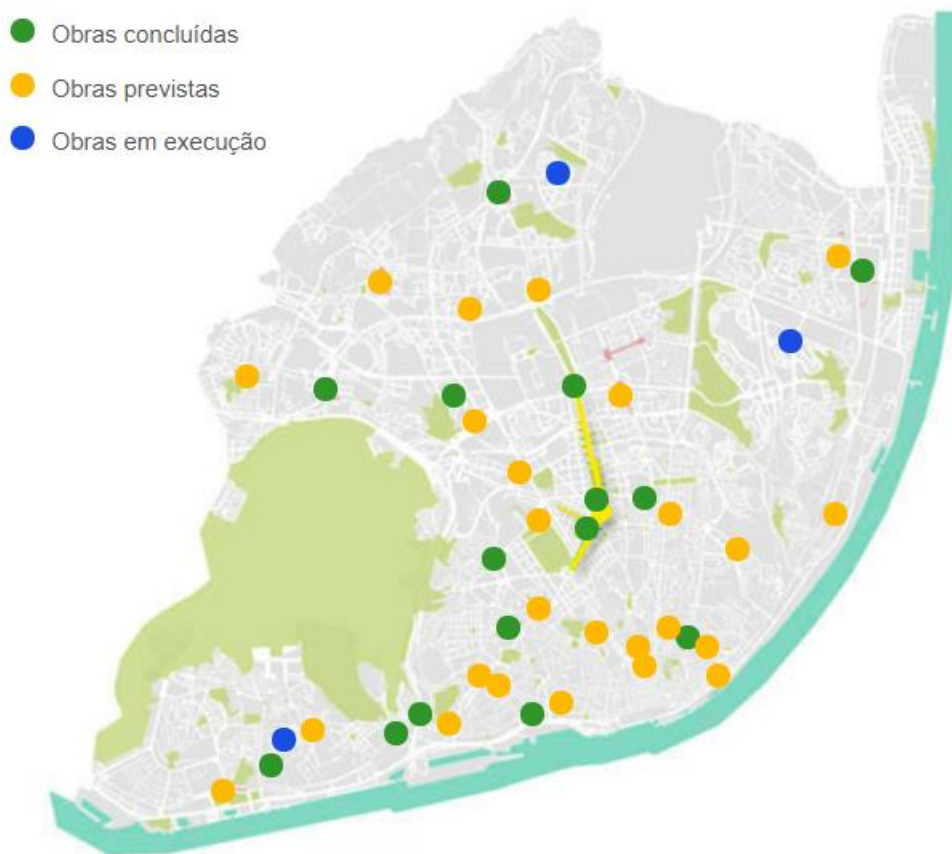


Figura 43 – Fases do Programa “Uma Praça em cada bairro”. (CML, 2015)

5.3. Casos de Estudo

O Programa “Uma Praça em cada Bairro” delimitou 30 áreas com prioridade de requalificação e, segundo dados da Camara Municipal de Lisboa, 17 destas requalificações foram concluídas e 3 estão em execução, restam então 10 áreas de intervenção com obras previstas.



*Figura 44 – Mapa das áreas de intervenção do programa “Uma Praça em cada bairro” com status das intervenções.
(CML, 2019)*

Para definição dos casos a estudar neste capítulo foram levados em conta as obras já concluídas, assim buscou-se escolher três casos com tipologias, dimensões e características distintas, de modo a obter uma visão mais ampla da actuação do Programa.

5.3.1. Largo de Santos

O Largo de Santos localiza-se na freguesia da Estrela, contíguo a norte da Av. 24 de Julho, genericamente circunscrito a nascente pelo Largo Vitorino Damásio e a poente pela Calçada Ribeiro Santos, embora a área total da intervenção contemple uma frente muito maior, pois abrange um segmento bastante extenso da Av. 24 de Julho, contíguo ao Largo.

A intervenção abrange uma área aproximada de 31.000 m², que inclui todo o espaço público envolvente ao Jardim existente no espaço central do Largo, abrangendo os seus dois arruamentos envolventes a norte (Largo de Santos n.ºs 1 a 11) e nascente (Largo de Santos n.ºs 12 a 15); a frente sul do Jardim para a Av. 24 de Julho, bem como a própria Av. 24 de Julho neste troço e na frente de três quarteirões urbanos a nascente, até à esquina do Boqueirão dos Ferreiros, e de um quarteirão urbano a poente, até à esquina das Escadinhas da Praia; limitada a sul pelo corredor BUS da Av. 24 de Julho, abrangendo assim o cruzamento entre a Calçada Ribeiro Santos e o Largo de Santos com a Av. 24 de Julho.



Figura 45 – Vista aérea do Largo de Santos. (CML, 2015)

A análise do local seguiu a metodologia definida pelo programa “Uma praça em cada bairro”, assim foi feita a caracterização da área com uma análise programática; análise SWOT e definição das Principais Linhas de Acção da Proposta.

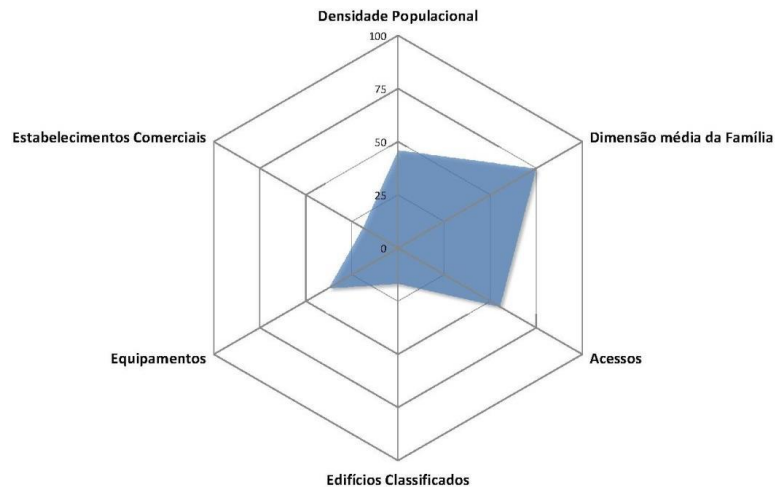


Figura 46 – Diagrama de análise do local.
(CML, 2015)

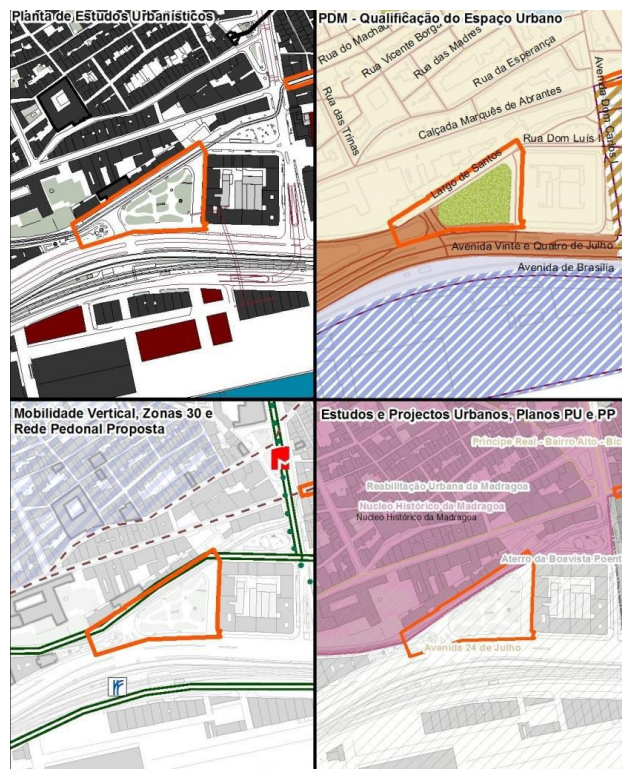


Figura 47 – Análise dos parâmetros
urbanísticos. (CML, 2015)

Forças	Fraquezas
Teatro A Barraca – Cinearte; Frente edificada comercial forte no lado norte do Largo; Praça Ribeirinha de transição entre o casco histórico e o Rio; Boas acessibilidades de transportes públicos (carris e Refer); Polo aglutinador em diferentes períodos do dia; Integra a rede pedonal estruturante da cidade;	Estacionamento desordenado e incompatível com o peão ocupando o espaço público. Falta de uniformização e coerência ao nível do pavimento; Deficiente acesso pedonal (e viário) ao Cais de Santos;
Oportunidades	Ameaças
Integração do Largo de Santos na nova área de intervenção prioritária da frente ribeirinha central (que se estende até Santa Apolónia); Integração no projeto urbano da Avenida 24 de Julho; Documento Estratégico do Cais de Santos;	Não apropriação do espaço público do Jardim pelos utilizadores da frente edificada do Largo;
Linhas de Ação	
<p>Espaço Público: estudar a pedonalização dos arruamentos envolventes ao Largo de Santos, unindo ao Jardim a frente edificada; alargamento do passeio norte e introdução de faixa confortável; promover ligações pedonais francas ao Cais de Santos;</p> <p>Estudo Urbano: elaborar um estudo de fachadas para a envolvente edificada do Largo, através de uma nova paleta de cores e materiais, com predominância para o tratamento do rés-do-chão comercial, uniformizando a imagem arquitetónica desse plano;</p> <p>Economia e Inovação: programa de apoio aos comerciantes de Santos potenciando as atividades lúdicas; <i>Santos Design District</i>;</p>	

Figura 48 – Análise SWOT e Linhas de ação principais para o Largo do Leão. (CML, 2015)

Além da análise técnica do local ocorreu ainda um processo de participação pública. Este processo pretendeu-se obter, por parte dos cidadãos, uma avaliação sobre diferentes questões pertinentes na vivência do espaço público, com implicações tanto na concretização do desenho urbano, como na definição de prioridades de requalificação em cada praça, obter igualmente um diagnóstico da situação existente, recolher ideias e sugestões para a zona, apoiar a definição das prioridades de intervenção e integrar nos projectos os resultados em desenvolvimento.

Quadro 8 - Síntese das sugestões da população – Largo de Santos (CML, 2015)

<i>Articulação com a envolvente</i>	Reestruturação viária, concentrando o trânsito de atravessamento na Av. 24 de Julho e Av. Dom Carlos I, libertando assim a envolvente interior do Largo de Santos para o seu usufruto essencialmente pedonal.
<i>Espaço para o peão</i>	Alargamento dos espaços pedonais existentes e criação de novos espaços pedonais, ligando-os numa estrutura única de continuidade; Criar um espaço geral único, interessante e bonito para quem o atravessa ou nele passeia, mas igualmente cativante para se permanecer, com pontos de estadia e esplanadas.
<i>Circulação e mobilidade</i>	Libertar a envolvente interior do Largo de Santos não só do trânsito de atravessamento, mas também do trânsito de estacionamento, muitas vezes excessivo e desregrado, especialmente à noite; O parque subterrâneo do Largo Vitorino Damásio e outros parques adjacentes, designadamente à beira rio, devem concentrar a procura de estacionamento, em bolsas próprias e específicas, não incompatíveis com a circulação pedonal no casco histórico.
<i>Jardim</i>	Vedar o jardim de modo a que ele não se suje e degrade durante o período nocturno e para que possa ser valorizado na sua utilização principal diurna, com investimento em vegetação e no mobiliário urbano, nomeadamente de mais bancos e melhor iluminação, e mais especificamente com a introdução de uma zona de fitness e um parque infantil.
<i>Outras sugestões</i>	Necessidade complementar de mais fiscalização específica, tanto de tráfego, como ao nível dos usos e da utilização dos espaços comerciais, e de cumprimento de horários e de níveis de ruído pelas actividades nocturnas.

Baseado na análise do local a equipe técnica do programa definiu os objectivos para a intervenção e a proposta inicial.

Quadro 9 - Requalificação Largo de Santos. (CML, 2015)

<i>Objectivos</i>	Aumento das áreas pedonais e de estadia; Instalação de esplanadas em frente aos estabelecimentos de restauração; Reordenamento do trânsito, destinando a via norte do jardim para Transportes Públicos, veículos de limpeza, de segurança e emergência; Instalação de quiosque e pedonalização do arruamento a nascente do largo, garantindo um acesso direto ao largo Vitorino Damásio; Criação de um amplo passeio público arborizado na Avenida 24 de Julho, complementado com uma ciclovia; Instalação de novo mobiliário urbano e mais iluminação pública.
-------------------	--



Figura 49 – Largo de Santos. (CML,2015)



Figura 50 – Proposta de Requalificação Largo de Santos. (CML,2015)



Figura 51 - Proposta de Requalificação Largo de Santos. (CML,2015)

DIAGNÓSTICO DA REQUALIFICAÇÃO

SUPORTE

Com base na leitura do referencial de análise feito para o Largo de Santos (Anexo 1) no que diz respeito ao critério de **acesso** verifica-se uma favorável conexão entre o espaço público e o edificado, o Jardim ao centro do Largo é envolvido por calçadas largas que fazem a ligação entre este espaço e o principal eixo de acesso, a Avenida 24 de Julho.

A critério da **provisão infraestrutural** tem-se que na Avenida 24 de Julho e nas ruas imediatamente adjacentes as infraestruturas de energia e comunicação, saneamento básico e drenagem são satisfatórias, ressalta-se ainda presença de depósitos de separação de resíduos nas imediações.

A nível do critério **acolhimento** a requalificação do espaço do Largo de Santos funcionou positivamente. O espaço do Jardim oferece oportunidades de sombra com arborização densa que proporciona um clima agradável ao local, assim como a presença de água. Além disso os edifícios da envolvente não conflitam entre si ou com o largo, do ponto de vista da paisagem, proporcionado uma vista aprazível.

Por fim no critério de **regulação** a conservação das árvores do jardim e a arborização, tanto da Avenida principal quanto dos arruamentos adjacentes, propostos no projecto de requalificação, permitem a climatização favorável no local e funcionam como reguladores ambientais.



Figura 52 - Acessos Largo de Santos. (Autor, 2019)



Figura 53 – “Ecoponto” Largo de Santos. (Autor, 2019)



Figura 54 - Fonte Jardim de Santos. (Autor, 2019)



Figura 55 - Arborização Largo de Santos. (Autor, 2019)

INTERACÇÃO

No critério **trocas** fica claro que o local possui diversidade comercial e cultural, a envolvente é constituída por vários restaurantes, alguns hotéis, lojas e ainda o Teatro a Barraca – Cinearte, uma grande mais-valia para o local. Assim o alargamento dos passeios com a criação de esplanadas fez muito sentido a proporcionar uma relação agradável entre as pessoas, os serviços e os comércios ofertados. Entretanto pode-se notar que não são aproveitadas as dimensões do Largo para proporcionar uma maior interação social no âmbito de eventos culturais e, por consequência, maior vivência urbana.

O espaço privilegia o critério do **encontro e recreio**, tanto para estadia, relaxamento, como para formas mais activas, como o exercício físico, e a instalação do novo mobiliário, do parque infantil e dos equipamentos de ginástica no espaço interior do jardim foram os protagonistas para esta boa avaliação.

Ao nível da **mobilidade**, o acesso a transportes públicos e a coexistência de diversos modos de transporte (autocarro, metro, táxis) apresentam-se como pontos fortes, uma vez que a área é servida por uma boa rede de transportes públicos. Além disso a pedonalização do arruamento adjacente ao Jardim de Santos se adequou perfeitamente a envolvente.

No critério **controlo e gestão**, como ponto positivo está a localização do largo, é um espaço com boa movimentação de pessoas, o que transmite uma sensação de segurança e de apazibilidade, além disso o espaço possui iluminação diurna e mantém-se com boa limpeza. Entretanto o gradeamento do Jardim, uma medida preventiva a vandalismos proposta pelo projecto de requalificação, em conjunto a vegetação muito densa faz o local conceder um aspecto de insegurança ao local.



Figura 56 – Esplanadas Largo de Santos. (Autor, 2019)



Figura 57 - Parque Infantil e equipamento de ginástica. (Autor, 2019)



Figura 58 – Linha do Elétrico e Paragens de autocarro. (Autor, 2019)



Figura 59 – Gradeamento ao redor do Jardim de Santos. (Autor, 2019)

REFERÊNCIA

No Largo de Santos foi possível perceber alguns elementos que destacam a **imagem** do espaço público, o eléctrico é um destes elementos capazes de impactar o olhar do usuário, um elemento que marca não apenas o contexto paisagístico e funcional da área, como faz parte da construção histórica local.

Outro elemento importante é a estátua de bronze no interior do Jardim, a estatua representa o jornalista e escritor, Ramalho Ortigão, contemplando o rio, e funciona como marco da paisagem e um ponto de interesse.

O Teatro A Barraca – Cinearte, o antigo cinema que agora é sede de um grupo de teatro é um elemento imperativo da paisagem e funciona como uma figura direccional e referencial, pela sua estética e historicidade.

No critério **cultural e simbólico** todos estes elementos já citados são considerados relevantes, a medida que criam um sentimento de identificação pelo ambiente.



Figura 60 – Estátua Ramalho Ortigão. (Fonte desconhecida)



Figura 61 – Elétrico e Largo de Santos. (Fonte Desconhecida)



Figura 62 – Teatro A Barraca – Cinearte.

(Fonte: <http://7et.fa.ulisboa.pt/images/roteiro-7et/galeria/single.php?c=06&p=084>)

5.3.2. Praça Duque de Saldanha

Sendo uma praça localizada no principal eixo terciário da cidade, no extremo sul da Av. da República, a Praça Duque de Saldanha é o centro de uma área que concentra muita actividade comercial e terciária onde pontuam dois centros comerciais: o Atrium Saldanha e o Monumental.

A intervenção abrange uma área de mais de 20.000 m², que inclui todo o espaço público envolvente a Praça existente no espaço central da rotunda, abrangendo ainda os arruamentos que a circundam como a Av. Praia da Vitoria, Av. Da Republica, Av. Casal Ribeiro e Av. Fontes Pereira de Melo.



Figura 63 – Vista aérea Praça Duque de Saldanha (CML, 2019)

Assim como o caso de estudo anterior, a análise do local seguiu a metodologia definida pelo programa “Uma praça em cada bairro”, assim foi feita a caracterização da área com uma análise programática; análise SWOT e definição das Principais Linhas de Acção da Proposta.

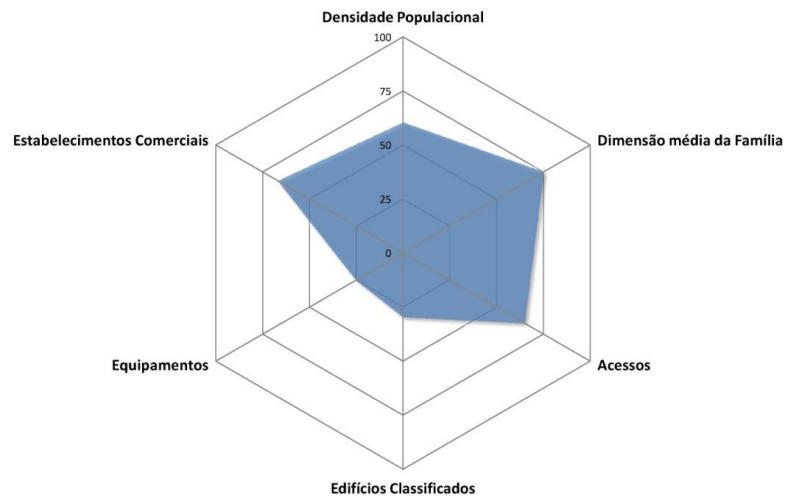


Figura 64 – Diagrama de análise do local. (CML, 2015)

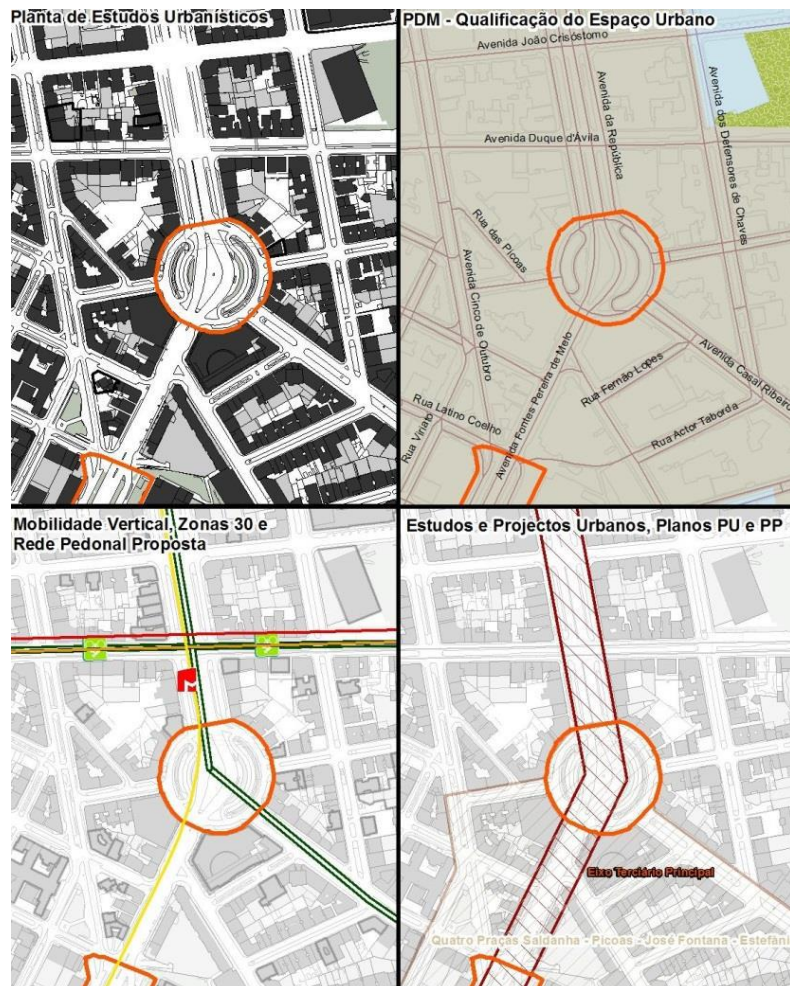


Figura 65 - Análise dos parâmetros urbanísticos. (CML, 2015)

Forças	Fraquezas
Principal polo de aglutinação social da área terciária da cidade; Forte atratividade pedonal associado à sua localização estratégica no <i>Central Business District</i> (CBD) de Lisboa; Áreas Comerciais fortes (Atrium e Monumental); Interface de metropolitano com correspondência entre a linha amarela e vermelha; Com frentes de património edificado classificado. Integra a rede pedonal estruturante;	Zona que privilegia o automóvel em detrimento do peão devido ao fluxo viário e velocidade; Difícil atravessamento pedonal; Área de estacionamento no centro da Praça;
Oportunidades	Ameaças
Quadruplicar o espaço pedonal de circulação e estadia principal junto ao edifício; Introdução de um canal de mobilidade suave e sua integração na rede ciclável da cidade;	Eliminação do estacionamento automóvel à superfície; A não apropriação do espaço público pelas estruturas comerciais da Praça;
Linhas de Ação Principais	
<p>Espaço Público: aumento do espaço pedonal de estadia principal junto ao edifício, criando um passeio com 22m de largura (atualmente tem 5m, e com zonas de circulação efetiva de 3m);</p> <p>Permitir a apropriação deste novo espaço com áreas de esplanadas; explorar soluções de espaço público que permitam maximizar as áreas de estadia; potenciar o efeito cénico da Praça no remate urbano da Avenida da República; apostar na eliminação do estacionamento à superfície na Praça, fomentando o mesmo nas artérias envolventes e parques de estacionamento subterrâneo;</p> <p>Estudo Urbano: estudo de fachadas do edifício ao nível do piso térreo, garantindo uma imagem arquitetónica homogénea dos espaços comerciais, nomeadamente em relação a mobiliário urbano e materiais;</p> <p>Economia e Inovação: Programa de incentivo aos comerciantes para “virarem” os seus espaços comerciais para a Praça, nomeadamente em relação ao Atrium Saldanha e Dolce Vita Monumental;</p>	

Figura 66 - Análise SWOT e Linhas de ação principais para a Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)

Após a análise técnica do local ocorreu ainda um processo de participação pública. foram registadas online participações dos cidadãos para a Praça Duque de Saldanha, durante o período de dois meses, novembro e dezembro de 2014, através da respectiva plataforma digital de participação da CML, e foram também realizadas duas sessões públicas no Mercado 31 de janeiro. Da análise das preocupações e sugestões apresentadas na participação online, salientam-se as seguintes:

Quadro 10 - Síntese das sugestões da população – Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)

<i>Articulação com a envolvente</i>	os participantes demonstraram preocupação com a articulação da intervenção com a envolvente urbana
<i>Espaço para o peão</i>	alargar os passeios e criar mais áreas de sombra através da integração de novos espaços verdes no espaço público. mais elementos de água, como bebedouros outro tipo de mobiliário urbano, assim como bancos ou mesas para zonas de estadia. arte na via pública.
<i>Circulação e mobilidade</i>	mais espaços de esplanadas introdução de ciclovias menos estacionamento automóvel impedir o estacionamento abusivo de automóveis e motos nos passeios, através da introdução de elementos dissuasores. diminuição da circulação automóvel e melhoria da circulação pedonal introduzindo atravessamentos pedonais mais directos e eficazes.
<i>Transportes</i>	mais percursos para os autocarros da carris retirar os táxis da praça.
<i>Materiais</i>	utilização de pavimentos diferentes retirar a calçada ou manter a calçada? trocar o asfalto das zonas de estacionamento.

Por fim, baseado na análise do local a equipe técnica do programa definiu os objectivos para a intervenção e a proposta inicial.

Quadro 11 - Requalificação Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)

<i>Objectivos</i>	Aumentar o espaço pedonal de estadia principal junto ao edificado;
	Permitir áreas de esplanadas;
	Potenciar o efeito cénico da Praça no remate urbano da Avenida da República;
	Apostar na eliminação do estacionamento à superfície na Praça;
	Integrar o percurso pedonal acessível entre as rotundas do Marques de Pombal e de Entrecampos;
	Envolvimento dos actores-chave para dinamização da Praça.
	Criação de ciclovias que estabelecerá a ligação do eixo Marquês de Pombal e Campo Grande
	Cortar a ligação da Avenida Praia da Vitória



ANTES

Figura 67 –Praça Duque de Saldanha antes da intervenção. (CML, 2015)



PROPOSTA

Figura 68 – Proposta Requalificação Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)



PROPOSTA

Figura 69 – Perspectiva da requalificação Praça Duque de Saldanha. (CML, 2015)

DIAGNÓSTICO DA REQUALIFICAÇÃO

SUPORTE

Com base na leitura do referencial de análise feito para a Praça Duque de Saldanha (Anexo 2) no que diz respeito ao critério de **acesso** é possível perceber uma melhora na conexão entre o espaço público e o edificado. Antes da requalificação as conexões entre o espaço público e privado eram muito fragmentadas enquanto agora verifica-se maior permeabilidade no que diz respeito ao trânsito de pessoas.

A critério da **provisão infraestrutural**, tanto o eixo principal da Praça como as ruas imediatamente adjacentes são abastecidas de infraestruturas de energia e comunicação, saneamento básico e drenagem, entretanto não há presença de depósitos de separação de resíduos – ecopontos – nas imediações.

A nível do critério **acolhimento** o efeito da requalificação do espaço fica bastante evidente. O espaço se enriqueceu com a arborização ao redor da praça e ao longo do eixo da Avenida da República proporcionando sombreamento para os peões e suavizando a paisagem dominada anteriormente apenas pelos edifícios altos.

A implantação das árvores também foi uma mais valia para o critério de **regulação** pois elas funcionam como reguladores ambientais e proporcionam um clima agradável ao espaço envolvente.



Figura 70 – Acessos Praça Duque de Saldanha. (Autor, 2019)

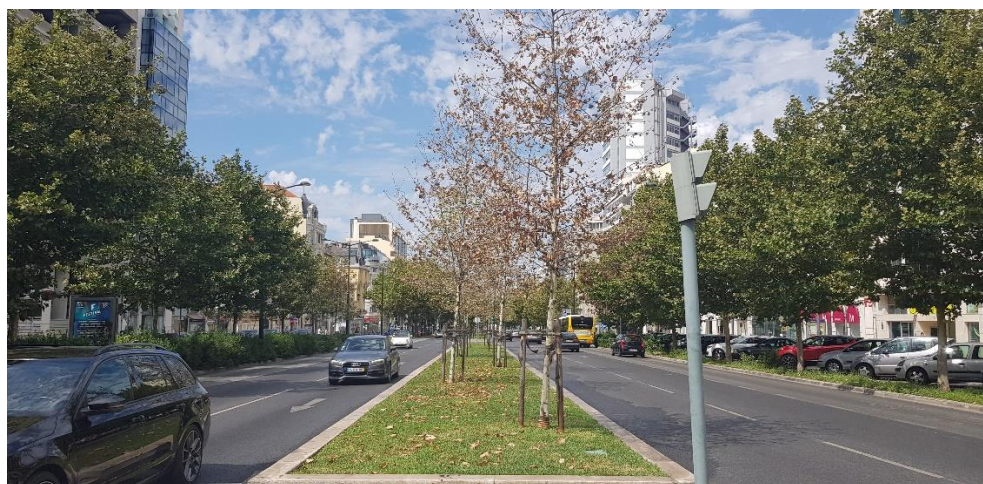


Figura 71 – Arborização do Eixo da Av. Da República. (Autor, 2019)



Figura 72 – Sombreamento da Praça Duque de Saldanha. (Autor, 2019)

INTERACÇÃO

No critério **trocas** a diversidade de actividades económicas é uma mais-valia desta Praça. A localização dos dois centros comerciais na envolvente faz com que haja sempre movimento e que o espaço vivido. Assim, a criação de espaços de esplanada e de bancos no entorno na praça ajudaram a promover ainda mais interacção social e, por consequência, maior vivência urbana.

A criação destes novos espaços de interacção se relaciona ainda ao critério **encontro e recreio**, o novo mobiliário promove novas oportunidades para estadia e relaxamento, e o alargamento das calçadas e criação de ciclovias proporcionam a prática de actividades físicas ao redor do espaço público

Ao nível da **mobilidade** a área continua servida por uma boa rede de transportes públicos, com a vantagem desse sistema estar agora melhor organizado e sinalizado. Além disso, o acréscimo da ciclovia e a pedonização de algumas áreas na envolvente proporcionam uma integração mais eficaz entre todos os modais de transporte.

No critério **controlo e gestão**, como já abordado no critério trocas, o espaço da praça possui uma intensa movimentação de pessoas o que transmite uma sensação de segurança e de apazibilidade. Além disso, notou-se que o ambiente se mantém com boa limpeza e possui lixeiras distribuídas em seu entorno.



Figura 73 – Esplanada e Quiosque na envolvente da Praça. (Autor, 2019)

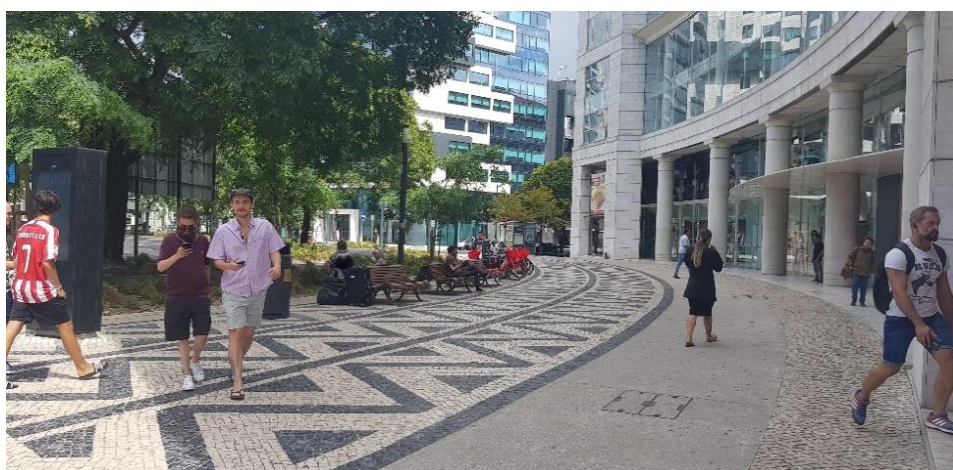


Figura 74 – Alargamento das calçada na envolvente da Praça. (Autor, 2019)

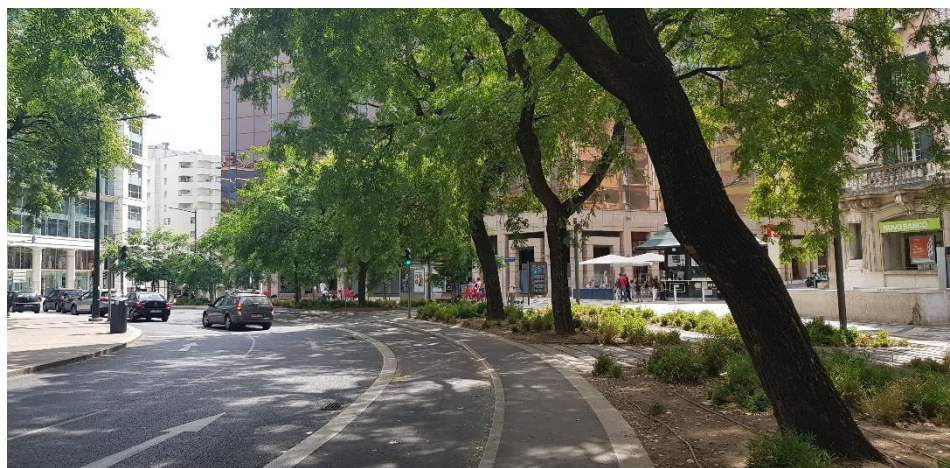


Figura 75 – Ciclovia na envolvente da Praça. (Autor, 2019)

REFERÊNCIA

A Praça do Duque de Saldanha é rica em elementos que marcam a imagem da paisagem urbana. Sendo uma das principais praças da cidade de Lisboa, onde convergem duas das principais avenidas de Lisboa, a Avenida Fontes Pereira de Melo a sul (que a liga à Praça Marquês de Pombal) e a Avenida da República a norte (que a liga à Praça de Entrecampos), é rodeada por construções antigas e dois grandes centros comerciais. Essa mistura entre o “velho” e o “novo” é um grande marco na paisagem e contribuem para a identidade e memória do local e da população.

Outro elemento de grande carácter referencial são os quiosques, esses elementos funcionam como ponto de encontro e interacção, mas também reflectem um hábito da população do local por isso trazem um sentimento de memória.

No centro da Praça ergue-se uma estátua de João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, um monumento nacional erigido em 1909 para “recordar aos vindouros os seus relevantes serviços à pátria e à liberdade”. Essa estatua acaba não sendo apenas um referencial paisagístico como um meio de transmissão de significados de âmbito **cultural e simbólico**.



Figura 76 - Estátua de João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun. (Autor desconhecido)



Figura 77 – Atrium Salanha. (Autor desconhecido)



Figura 78 – Quiosque na Praça Duque de Saldanha. (Autor, 2019)

5.3.3. Largo do Leão

A área de intervenção localiza-se na freguesia de Arroios e corresponde ao Largo do Leão e ao eixo viário compreendido a Av. Rovisco Pais e à Rua Quirino da Fonseca compreendendo a Rua Visconde de Santarém e parte da Rua António Pereira Carrilho.

A intervenção abrange uma área aproximada de 13.564 m², que inclui todo o envolvente ao espaço público central do Largo, além da Rua Visconde de Santarém e um trecho da Av. Manuel da Maia. Esse espaço com algum arvoredo, encontrava-se com aparência decadente, servindo as placas de passeio de estacionamento automóvel espontâneo.



Figura 79 – Vista aérea Largo do Leão. (CML, 2015)

A análise do local seguiu a metodologia definida pelo programa “Uma praça em cada bairro”, assim foi feita a caracterização da área com uma análise programática; análise SWOT e definição das Principais Linhas de Acção da Proposta.

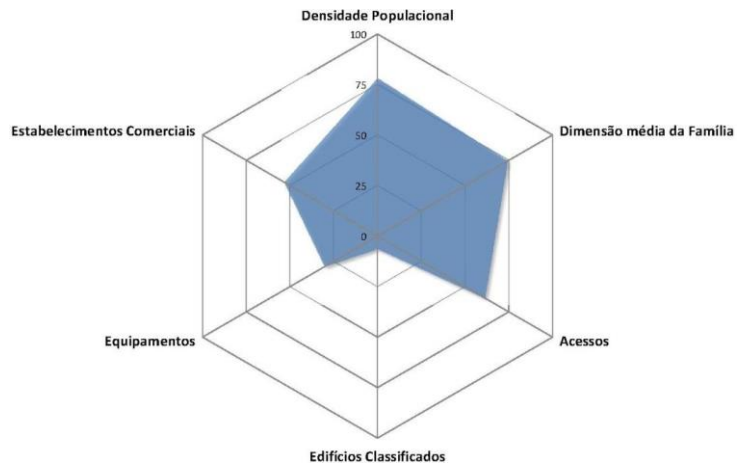


Figura 80 - Diagrama de análise do local. (CML, 2015)

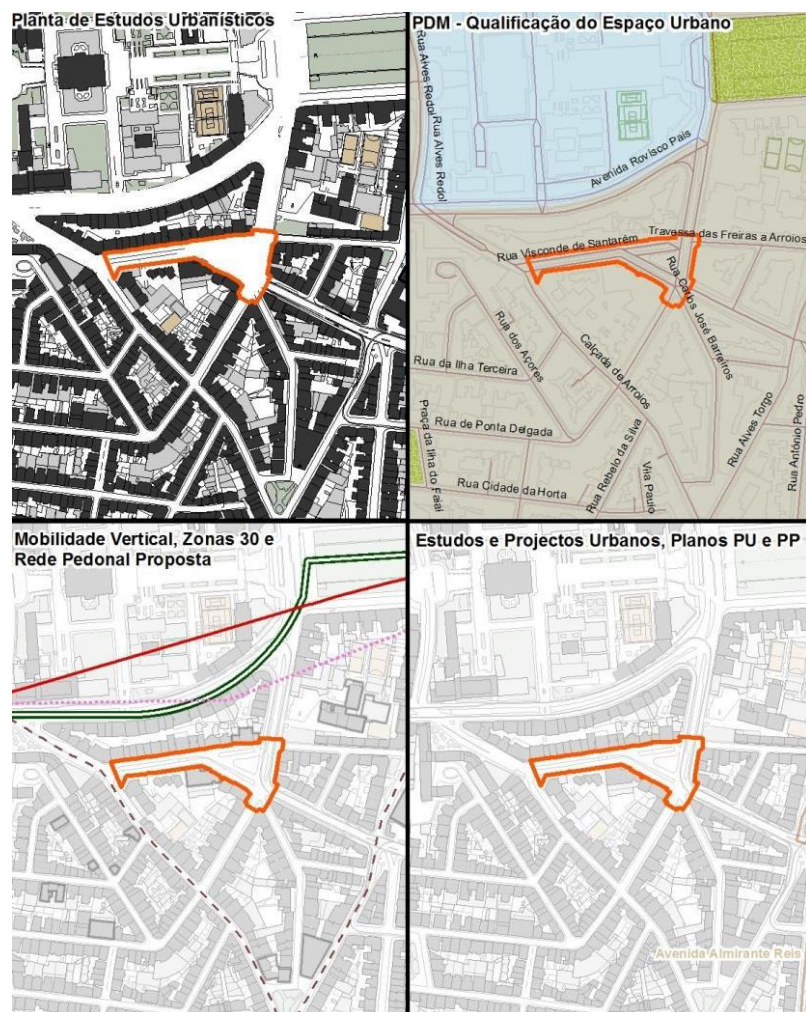


Figura 81 - Análise dos parâmetros urbanísticos. (CML, 2015)

Forças	Fraquezas
Estação de Metro e de autocarros; Proximidade ao Instituto Superior Técnico; Escola Colégio do Sagrado Coração de Maria; EB1 Leão de Arroios e Escola Profissional de Artes, Tecnologias e Desporto; Existência de infraestrutura de eléctrico;	Abate recente da estrutura arbórea; Estacionamento desordenado e com interferência no sistema pedonal; Saída de serviços da administração central;
Oportunidades	Ameaças
Espaço público expectante; Resolução da questão dos Bombeiros Voluntários da Cruz de Malta;	Possível saída da Embaixada da Rússia;
Linhas de Ação Principais	
Espaço Público: regularização do canal rodoviário com introdução de um separador central permeável e arborizado na Rua Visconde Santarém entre as avenidas Duque Ávila e Rovisco Pais e o Largo do Leão; criação de uma área pedonal de estadia no Largo do Leão que aglutine as três frentes edificadas num espaço público homogéneo, com introdução de uma nova estrutura arbórea, que permita aumentar o conforto urbano do espaço, e estabelecer a continuidade da estrutura verde com a Rua Visconde Santarém e a Avenida Manuel da Maia; regularização do estacionamento; análise com a Carris da possibilidade de revitalização da carreira de eléctrico, permitindo a ligação do Largo do Leão à Parada do Alto de São João; Estudo Urbano: estudo de fachadas do edificado envolvente com definição de paleta de cores;	

Figura 82 – Análise SWOT e Linhas de acção principais para o Largo do Leão. (CML, 2015)

Como nos casos abordados anteriormente, a análise técnica precedeu a etapa da participação pública. No caso do Largo do Leão a consulta a população foi feita pela plataforma digital de participação da CML, entre Janeiro e Fevereiro de 2015.

Foi ainda realizada uma sessão pública, na Escola Básica "O Leão de Arroios", no dia 21 de maio de 2015, para apresentação do programa preliminar para o Largo do Leão e a para auscultar a população. Da análise das preocupações e sugestões apresentadas, evidenciaram-se as descritas no Quadro 10.

Com base na análise do local a equipe técnica do programa definiu os objectivos para a intervenção e a proposta inicial.

Quadro 12 - Síntese das sugestões da população – Largo do Leão. (CML, 2015)

<i>Articulação com a envolvente</i>	praça central de ligação entre a Pç. do Chile e a Av. Duque d'Ávila, replicação do projecto de requalificação desta avenida; criação de uma praça central no Largo do Leão; instalação de um quiosque com esplanada; estudo da possibilidade de um parque infantil;
<i>Espaço para o peão</i>	pedonalização do Largo do Leão criação de uma zona de estadia, lazer e convívio; espaço de leitura ao ar livre com apoio de biblioteca de rua; possibilidade de introdução de um parque infantil no largo; espaço para a realização de pequenos espectáculos e representações teatrais ao ar livre;
<i>Circulação e mobilidade</i>	ampliação da zona de tomada e largada de passageiros junto à escola; introdução da rede ciclável de modo contínuo e linear; passeios mais largos e faixas de rodagem mais estreitas; relocalização da paragem de autocarros; Rua Visconde de Santarém apenas com um sentido - descendente, Zona 30 com lombas, espaço de largada e tomada de crianças;
<i>Estacionamento</i>	reordenamento do estacionamento; zonas de estacionamento exclusivo para moradores; estacionamento concessionado pela EMEL - colocação de parquímetros; carregador eléctrico para viaturas;
<i>Espaços verdes</i>	mais árvores e zonas/espaços verdes; equilíbrio entre as zonas pavimentadas e as zonas verdes

Quadro 13 - Requalificação Largo do Leão. (CML, 2015)

<i>Objectivos</i>	Melhorar e aumentar a área de circulação para peões, através do alargamento geral dos passeios, da criação de áreas pedonais confortáveis e da melhoria dos atravessamentos nas passeadeiras;
	Melhorar as condições de acessibilidade e de segurança, na escola Básica O Leão de Arroios, através do alargamento do passeio e da criação de uma zona para tomada e largada de passageiros;
	Criar espaços públicos que convidem à circulação e ao lazer, com novo mobiliário urbano, iluminação pública e mais árvores;
	Criar um espaço, na zona central do Largo do Leão, que incentive ao convívio, com quiosque, esplanada e novas árvores;
	Ordenar o estacionamento automóvel;
	Melhorar a segurança rodoviária, através do ajustamento da sinalização e da semaforização;
	Melhorar a circulação rodoviária e pedonal, com destaque para a Rua Visconde de Santarém;
	Dar um enquadramento coerente à Rua Visconde de Santarém, na sua ligação à Avenida Rovisco Pais;
	Criar novas paragens de autocarros;
	Melhorar a higiene urbana, com a introdução de novos ecopontos.



Figura 83 – Largo do Leão antes da intervenção. (CML, 2015)



Figura 84 – Proposta de Requalificação do Largo do Leão. (CML, 2015)



Figura 85 – Perspectiva da proposta de requalificação do Largo do Leão. (CML, 2015)

DIAGNÓSTICO DA REQUALIFICAÇÃO

SUPORTE

Com base na leitura do referencial de análise feito para a Largo do Leão (Anexo 3) no que diz respeito ao critério de **acesso** é possível perceber imensa diferença com a melhora na conexão entre o espaço público e o edificado. Antes da requalificação as conexões entre o espaço público e privado eram praticamente inexistentes, os espaços eram utilizados principalmente para estacionamento de carros enquanto agora verifica-se maior permeabilidade no que diz respeito ao trânsito de pessoas.

A critério da **provisão infraestrutural**, tanto o eixo principal do Largo como as ruas adjacentes são abastecidas de infraestruturas de energia e comunicação, saneamento básico e drenagem, inclusive houve a instalação de depósitos de separação de resíduos – ecopontos – no largo em si.

A nível do critério **acolhimento** o efeito da requalificação do espaço fica bastante evidente. O espaço não possuía qualquer vegetação e se enriqueceu com a arborização do largo e na envolvente proporcionando sombreamento para os peões e suavizando a paisagem.

A implantação das árvores também foi uma mais valia para o critério de **regulação** pois elas funcionam como reguladores ambientais e proporcionam um clima agradável ao espaço envolvente.



Figura 86 – Praça do Largo do Leão. (Autor, 2019)



Figura 87 – Ecopontos e lixeiras instaladas na Praça. (Autor, 2019)

INTERACÇÃO

No critério **trocas** a localização de escolas na envolvente faz com que haja sempre movimento e que o espaço vivido. Assim, a criação de uma praça com espaço para peões, bancos e o quiosque no centro do Largo ajudaram a promover ainda mais interação social e, por consequência, maior vivência urbana.

A criação da praça proporcionou assim não só novos espaços de interação, como novas oportunidades para estadia e relaxamento, a pedonização da área da praça se relaciona ainda ao critério **encontro e recreio**,

Ao nível da **mobilidade** a área continua servida por uma boa rede de transportes públicos, com a vantagem desse sistema estar agora melhor organizado e sinalizado. Além disso, o acréscimo da ciclovias e a pedonização de algumas áreas na envolvente proporcionam uma integração mais eficaz entre todos os modais de transporte.

No critério **controlo e gestão**, como já abordado no critério trocas, o espaço da praça possui uma intensa movimentação de pessoas o que transmite uma sensação de segurança e de apazibilidade. Além disso, notou-se que o ambiente se mantém com boa limpeza e possui lixeiras distribuídas em seu entorno.



Figura 88 – Praça do Largo do Leão. (Autor, 2019)



Figura 89 – Pedonização do Largo. (Autor, 2019)



Figura 90 – Ciclovía na envolvente do Largo do Leão. (Autor, 2019)

REFERÊNCIA

Assim como na Praça Duque de Saldanha, a introdução de um quiosque no Largo do Leão funciona como ponto de encontro e interação mas também reflectem um habito da população do local por isso trazem um sentimento de memória.



Figura 91 – Quiosque do Largo do Leão. (Quiosque Lisboa, 2019)

6. Análise Comparativa e Crítica

A partir da análise dos casos de estudo é possível fazer um paralelo comparativo entre os objectivos definidos pelo programa “Uma Praça em cada Bairro” e o resultado obtido após as intervenções, de modo a avaliar não somente o efeito das intervenções feitas como o desempenho do programa em geral. No quadro a seguir tem-se um resumo da análise de pontuação feita para os casos de estudo.

CRITÉRIOS		Largo de Santos	Praça Duque de Saldanha	Largo do Leão
		Nota média (1-5)		
SUPORTE	ACESSO	4	4	4
	PROVISÃO ESTRUTURAL	4	4	4
	ACOLHIMENTO	4,75	3,75	3,5
	REGULAÇÃO	4,5	4	3,5
		4,31	3,94	3,75
INTERAÇÃO	TROCAS	3,6	4	3,5
	ENCONTRO E RECREIO	3,7	3,5	3,75
	MOBILIDADE	3,5	4	4
	CONTROLO E GESTÃO	3,75	3,75	3,6
		3,64	3,81	3,71
REFERÊNCIA	IMAGEM	4	5	4
	CULTURAL E SIMBÓLICO	4	5	4
		4	5	4
Total		3,98	4,25	3,82

Quadro 14 – Resumo da análise dos casos de estudo. (Autor, 2019)

Segundo Portas “Os projectos de intervenção urbana deverão ser necessariamente integrados, sistemáticos, participados, equilibrados socialmente e avaliados” (Portas & Rodrigues, 2008). Esta afirmação reforça a importância de uma abordagem integrada e participada na elaboração de projectos e na gestão dos espaços públicos.

A respeito da abordagem integrada, onde é dada igual importância à componente física e perceptual, pode-se associá-la, sem dúvida, a uma das mais-valias do Programa “Uma Praça em cada Bairro”. O desenvolvimento de estratégias para a requalificação das cidades e, especificamente, dos espaços públicos passa de uma abordagem sectorial para uma abordagem integrada, tomando a consciência da população, de modo a desenvolver uma cultura de território que permitiu envolver a população no bairro onde vive e, o mais essencial, fazer com que as pessoas vivam as cidades e desfrutem de todas as suas valências.

De um modo geral, os objectivos definidos foram cumpridos, e a requalificação do espaço público assenta num claro diálogo entre os técnicos e a população para a definição dos objectivos e das prioridades de intervenção. Isso pode ser comprovado através da transposição das sugestões feitas em consulta pública e os objectivos definidos em cada caso (Anexo 4).

Além disso, toda metodologia desenvolvida pelo programa “Uma Praça em cada Bairro” teve grande importância para os bons resultados atingidos. Desde a identificação e delimitação de centralidades na cidade de Lisboa feita através da utilização de diversos indicadores de caracterização (baseados na metodologia da PPS) como a densidade populacional, a dimensão média da família, as frentes de comércio, os pontos de sociabilidade, os edifícios classificados, os equipamentos colectivos, as vias e nós viários que posteriormente foram analisados através de um SIG (Sistema de Informação Geográfica). Até a análise pormenorizada na qual se procuravam jardins, praças, largos e ruas que traduzissem uma centralidade, em que se realizou *“o cruzamento com os bairros anteriormente delimitados, de modo a que as centralidades fossem associadas a um bairro.”* (Câmara Municipal de Lisboa, 2015)

Para Gehl (2013), os espaços públicos devem ser convidativos, assim como as cidades, para reforçarem a vida urbana. E as cidades devem ser vivas, com estrutura compacta, densidade populacional razoável, distâncias aceitáveis de serem percorridas a pé ou de bicicleta e espaço urbano de boa qualidade, como afirma em “A densidade, que representa quantidade, deve ser combinada com a qualidade sob a forma de bons espaços urbanos” (Gehl, 2013 p.69-77). Afirma também, a importância de caminhar na

cidade, sendo a melhor forma para vivenciar tudo ao nível de que a rua tem a oferecer, com riqueza de detalhes.

A que tudo indica as intervenções impactaram positivamente em todos os casos analisados, uma vez que devolveu as ruas e, as praças às pessoas, através da redução do conflito entre o tráfego rodoviário, que permitiu melhorar as condições de conforto e sobretudo de segurança.

Ainda de acordo com Gehl (2013), as cidades vivas precisam oferecer boas oportunidades de caminhadas, se tornando assim, segura, sustentável e saudável. Ele então, enfatiza que as melhores oportunidades sociais acontecem quando o trajeto é feito a pé.

A melhoria do espaço pedonal, como o aumento do espaço para os peões e a criação de um espaço mais acessível e seguro é uma mais-valia do programa, dado que permite desenvolver espaços públicos inclusivos, acessíveis, seguros e diversos.

Gehl (2013) também diz que, a grande diversidade nas ruas é a chave para espaços de transição de qualidade, agradáveis e que a segurança além de estar relacionada a qualidade, depende de um bom desenho urbano que facilite o deslocamento de pessoas de forma mais directa, tudo isso, resultando em um bom espaço público.

A reorganização do trânsito e dos locais para estacionamento permitiu aumentar o espaço destinado para as pessoas e o dinamismo económico das praças, proporcionando múltiplas vantagens como: explorar o potencial económico, aumentar o fluxo de pessoas e a segurança e expandir as horas de utilização, especialmente com esplanadas que realizam um horário nocturno. Relativamente aos utilizadores dos espaços verifica-se o aumento da utilização do mesmo e da diversidade de usuários, o que transmite um maior sentimento de segurança e de pertença.

Para Alves (2003), a qualidade do espaço público está directamente relacionada a qualidade ambiental, e na forma variada de explorar a vegetação, como por exemplo os grupos arbóreos e a implantação do verde em áreas com insuficientes níveis de água. Complementa também que a qualidade dos elementos urbanos que organizam o espaço público como: mobiliário, iluminação, materiais de pavimentos, entre outros, não basta

apenas para responder as necessidades de conforto, mas também para sua disposição e inserção no meio.

No que abrange às variáveis ambientais dos índices de qualidade de vida, a arborização das praças incorpora importantes factores de estabilização ecológica e ambiental. Reduz os efeitos da poluição e de rigores microclimáticos causadores de desconforto (grande amplitude térmica durante o dia com altas temperaturas) e ajuda a regular a umidade relativa do ar (todos esses factores trazem prejuízos à saúde) de modo a proporcionar o bem estar da população da cidade.

Ao longo do trabalho percebe-se que uma das componentes com maior potencialidade para requalificação do espaço público é a gestão de proximidade e a capacidade de retirar ensinamentos com as intervenções realizadas, como forma de aprimorar as metodologias aos objectivos pressupostos. Para que esta gestão de proximidade tenha reflexos positivos no Programa “Uma Praça em cada Bairro”, é essencial a constante monitorização dos espaços intervencionados, o que permitirá avaliar a qualidade das intervenções e os reflexos na dinâmica social, cultural, económica e ambiental; a monitorização também contribuirá para a aquisição de informação relativamente aos momentos antes, durante e após as intervenções.

7. Conclusão

A partir dos processos de transformação urbana aqui descritos atestamos a que a requalificação de espaços públicos centrais na actualidade são caracterizadas não só pela preocupação estética mas a valorização da relação de vizinhança e comunidade, a ênfase à gestão territorial participativa, através de assembleias e de debates públicos e a criação de algum tipo de agência independente de planeamento urbano e de projectos, com equipas multidisciplinares que articularam os trabalhos em conjunto às comunidades e aos governos locais, como no programa “Uma praça em cada bairro”.

A nível regional e municipal, as estratégias por toda a cidade precisam se concentrar não apenas em lugares e espaços, mas na forma, função e conectividade da cidade como um todo. A nível de bairro, o desenho urbano deve ser trabalhado junto com as comunidades para fomentar a inclusão social, celebrar o multiculturalismo, e viabilizar modos de vida urbanos, criando assim espaços ricos e vibrantes nas áreas comuns urbanas.

Quando a concepção de espaços públicos se preocupa com a componente estética, através de meras obras de embelezamento da cidade e não com a utilidade, conforto e vivência do espaço, poderão surtir efeitos negativos como: a inadequação com a envolvente, a falta de dinamismo social e cultural, o abandono desses espaços, uma vez que as pessoas não se identificam com o local, ou ainda o deslocamento da população para outra área quando os investimentos em espaços públicos passam a resultar em potenciais investimentos ainda maiores para a área.

Essa é a grande diferença entre requalificar e elitizar um espaço público. A requalificação ocorre quando as decisões a respeito dos espaços públicos têm a contribuição genuína da comunidade e o reconhecimento de suas necessidades e desejos, as intervenções devem ter origem na própria comunidade que utiliza o espaço. Já a elitização é guiada, com ou sem a influência do governo, por objectivos económicos, envolvidos no processo de valorização e de desvalorização dos espaços urbanos ao longo do tempo.

Os territórios urbanos frequentemente enfrentam problemas relacionados à falta de coesão - um fato fulcral para os processos de planeamento e urbanismo. Se um determinado território não estiver acessível ou visível e não é social e economicamente

equilibrado, suas chances de o sucesso urbano é praticamente inexistente. Com o objectivo de resolver esses problemas, a “construção da cidade” deve incorporar processos de coesão urbana envolvendo duas dimensões: [1] os problemas de forma da cidade; e [2] seus aspectos socioeconómicos e socioculturais.

O valor potencial do espaço público emerge nesse contexto. O espaço público é um espaço de expressão colectiva da cidade, capaz de articular pessoas e o território urbano, sendo um elemento estruturante da vida urbana, com um papel importante na criação de estruturas espaciais, e o apoio à dinâmica social e económica (Jacobs, 1961; Lefebvre, 1974), além de desempenhar um papel crucial nos processos de apropriação e simbolização da cidade (Borja & Muxí, 2003).

Um espaço público de qualidade garante a continuidade, permeabilidade e mobilidade dos cidadãos, beneficia processos de identidade, estruturando toda a cidade, podendo criar e manter “lugares” (Borja & Muxí, 2003; Remesar, 2007). Considerar o espaço público como factor determinante no processo de coesão urbana pressupõe o entendimento que esse espaço é organizado de maneira sistémica, e não como uma soma de espaços isolados.

Em outras palavras, o espaço público é um conjunto de elementos dentro de uma lógica de articulação, formando um conjunto coerente, sendo o apoio à implementação de novas estruturas de diferentes tipos (económicos, sociais, morfológicos) (Carmona, 2003), formando uma rede de espaços públicos. Portanto, é essa complexidade de espaços, conexões, dinâmica, relações e complementaridades que torna necessário considerar rede de espaço público como ponto chave para o avanço da coesão urbana.

Bibliografia

AJUNTAMENT BARCELONA. The Poblenou Superblock fills with life. Disponível em:<<https://ajuntament.barcelona.cat/qualitataire/en/noticia/the-poblenou-superblock-fills-with-life>>. Acesso em: 28/04/2019.

ALVES, F. Brandão (2003). Avaliação da Qualidade do espaço Público Urbano – Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ARENDT, H. (1972) La crise de la culture. Paris: Ideés/Gallimard.

BORJA, J. (2003) La ciudad conquistada. Madrid: Alianza Editorial.

BORGES, Evaldo do Nascimento. (2011) As praças públicas no centro de Ilhéus – BA: usos, funções e conflitos sociais. (dissertação de mestrado). Campinas.

BORJA, J. MUXÍ, Z. (2003). El Espacio público: ciudad y ciudadanía. Diputació de Barcelona, Xarxa de Municipis.

BORJA, Jordi. (2006). Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. Publicado no Café de l'As Ciudades, ano 5, nº 42. Disponível em <http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_42_1.htm>

BRANDÃO ALVES, F. (2003). Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BRENNER, N. et al. (2015). Urbanismo neoliberal. La ciudad y el imperio de los mercados in Observatorio Metropolitano de Madrid (ed.) El mercado contra la ciudad. Sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas. Madrid: Edición Traficantes de Sueños.

BRITES, W. F. (2017). La ciudad en la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado-céntrico y desigualdad socio-espacial en América Latina. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana[online]. Vol.9, n.3, pp.573-586.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2015). Largo de Santos. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro/largo-de-santos>>

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2015). Largo do Leão. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro/largo-do-leao>>

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2015). Praça Duque de Saldanha. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro/praca-duque-saldanha>>

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2015). Programa Pavimentar Lisboa 2015-2020. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/programa-pavimentar-lisboa-2015-2020>>

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2015). Relatório Metodológico "Uma Praça em cada Bairro". Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2015). "Uma Praça em cada Bairro" - Caderno de Apresentação. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2013). Espaço público e "nova urbanidade" no contexto do direito à cidade. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/8391> ; DOI : 10.4000/confins.8391>

CARMONA, M. (2010). Contemporary Public Space, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, 15(1), 123-148.

CARMONA, M. (2010). Contemporary Public Space, Part Two: Classification. *Journal of Urban Design*, 15(1), 157-173.

CARMONA, M.; TIESDELL, S.; HEATH, T.; OC, T. (2003). *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press.

CARRERAS i VERDAGUER, C. In: ROBIRA, R T. (coord). (2002). *Espais públics. Mirades Multidisciplinàries*. Barcelona: Biblioteca Universitária, p. 95-116.

CCDR-LVT. (s.d.). Fazer com as pessoas - Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público. Disponível em: <<http://www.ccdr-lvt.pt/files/54ef121756e234aaec998d8782bcd05b.pdf>>

CUENYA, B. and CORRAL, M. (2011). *Empresarialismo, economía del suelo y grandes proyectos urbanos: el modelo de Puerto Madero en Buenos Aires*. EURE (Santiago) [online]. Vol.37, n.111, pp.25-45.

DGOTDU. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva - Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

GARAU, Pietro. (2016). *Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies and Practice*. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat). Disponível em: <<https://www.localizingthesdgs.org/library/82/Global-Public-Space-Toolkit--From-Global-Principles-to-Local-Policies-and-Practice.pdf>>

GEHL, Jan. (2013). *Cidade para as pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.

GEHL, Jan. (2017). *A vida entre edifícios – Usando o espaço público*. 1ª Edição. Lisboa: Livraria Tigre de Papel, Cicloficina dos Anjos.

HARVEY, David. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

HARVEY, David. (2012). "O direito à cidade". *Lutas sociais*, São Paulo, n. 29, pp.73-89.

HARVEY, David. (1996). "Espaços urbanos na 'Aldeia Global': reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX". *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, PUC-Minas, n. 4, pp.171-89.

INDOVINA, F. (2002). *O Espaço público-tópicos sobre a sua mudança*. Revista Cidades, Comunidades e Territórios, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p.119-123.

KOSTOF, Spiro. (1992). *The city assembled – the elements of urban form through history*. Londres: Thames & Hudson.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. (2004). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

MELO, M.P; JESUS, M.S; BEZERRA, D. V. B. (2016). Praças Públicas e Possibilidades Lúdicas: Uma análise das praças Serzedelo Correia e Edmundo Bittencourt em Copacabana-RJ. Revista Licere, v.19, n.1. Belo Horizonte.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes. (2007). Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 5, p.117-129

NARCISO, C.A. (2009). Espaço público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Vol. 9, nº 2. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/9102/7486>>

NARCISO, C. A. (2008). Espaço Público: Desenho, organização e poder, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1736/10/21867_ulfl056980_tm_cap_3_p_l.pdf>

PACHECO, Hanae. (2016). Sedatu trabaja en el rescate de espacios públicos. Disponível em: <<https://centrourbano.com/2016/12/28/sedatu-trabaja-rescate-espacios-publicos/>>

PORTAS, N. RODRIGUES, Á. (2008). Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PPS. (2015). Project for Public Spaces, Power of 10 - Place. Disponível em: <<http://www.pps.org/reference/streets-as-places/power-of-10-place/>>

PPS. (s.d.). Project for Public Spaces. Disponível em: <<http://www.pps.org/>>

PPS. (s.d.). Project for Public Spaces, 10 Qualities of a Great Waterfront Destination. Disponível em: <http://www.pps.org/reference/10_qualities_of_a_great_waterfront/>

PPS. (s.d.). Project for Public Spaces, What makes a successful Space? Disponível em: <<http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>>

PUBLICS SPACES. Poblenau Superblock. (2018). Disponível em: <<https://www.publicspace.org/works/-/project/k081-poblenou-s-superblock>>.

REMESAR, A. (2007). PUBLIC SPACE IS NOT DEAD. On the W@terfront, (10), 5–6.

RESENDE, Ana. (2016). Desenvolvimento urbano sustentável em Portugal e o programa urbact. Disponível em: <<https://urbact.eu/desenvolvimento-urbano-sustent%C3%A1vel-em-portugal-e-o-programa-urbact>>

SOBARZO, Oscar. (2006). A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação. In: GEOUSP, Espaço e Tempo 19. Revista de Pós-Graduação/ Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – nº. 19.

SILVA, Kelly. (2017). A distribuição dos espaços públicos em Belo Horizonte: uma análise sob a ótica do direito à cidade e do planejamento urbano. Revista de Direito da Cidade, vol. 09, nº 4. ISSN 2317-7721 pp. 1586-1605. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/29263/21962>>

TANSCHKEIT, Paula. (2017). "Espaços Públicos: a transformação urbana com a participação da população". ArchDaily Brasil. Acessado 18 Ago 2019. <<https://www.archdaily.com.br/br/875364/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao>> ISSN 0719-8906

TAVOLARI, Bianca. (2016). Direito à cidade: uma trajetória conceitual. Acessado em 18 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual>

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. (2009). Praças públicas: origens, conceitos e funções. (artigo acadêmico). Santa Maria.

Anexo 1 – Largo de Santos

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
SUPORTE	ACESSO	Assegura o acesso ao próprio espaço público e a outros espaços construídos ou não construídos.	Facilidade de acesso entre espaço público e privado	4	4
			Acessível a todos	4	
	PROVISÃO INFRAESTRUTURAL	O espaço público é veículo para a instalação de redes de infra-estruturas de abastecimento e recolha	Redes de distribuição de energia, comunicações, e abastecimento de água	4	4
			Existência de um sistema de drenagem	4	
			Disponibilidade de recolha de resíduos e ecopontos	4	
	ACOLHIMENTO	Oportunidades para aproveitar aspectos positivos do clima	Oferece qualidade visual e relação intensa e aprazível com a envolvente	5	4,75
			Elementos verdes e presença de água	5	
		Experiências sensoriais positivas	Existência de sombras	5	
		Escala	Edifícios e espaços de acordo com a escala humana	4	
	REGULAÇÃO	Oferece serviços de regulação climática, proporcionando benefícios a partir de estruturas naturais ou artificiais que regulam as condições ambientais.	Presença de vegetação e cursos de água	5	4,5
			Soluções de retenção, desvio ou infiltração de água	4	
INTERAÇÃO	TROCAS	Actividades económicas	Qualidade dos espaços comerciais (atractivos e diversos)	4	3,6
			Comércio local, pequenos negócios	4	
		Actividades culturais	Eventos de bairro	3	
			Eventos ao longo ano	3	
		Actividades físicas	Equipamento existente (qualidade, quantidade, manutenção)	4	
		Fachadas	Interessantes, atractivas e diversas	4	
	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para caminhar	Espaços para caminhar com boas superfícies	4	3,7
			Ausência de obstáculos	4	
		Oportunidades para permanecer em pé	Apoio para pessoas em pé	4	
			Zonas atraentes para permanecer em pé	4	

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

Anexo 1.1 – Largo de Santos

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
INTERACÇÃO	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para se sentar	Incorpora critérios de conforto, utilidade, ergonomia para os utentes	3	3,7
		Oportunidades para observar	Vistas desobstruídas e interessantes	3	
		Oportunidades para ouvir e conversar	Espaços para estar (qualidade, quantidade, manutenção)	4	
			Nível de ruído	3	
	MOBILIDADE	Ruas completas	Espaços compartilhados para peões, ciclistas, carros e transporte público	4	3,5
		Qualidade das ligações pedonais	Oferece facilidade de movimentação, e/ou de atravessamento e/ou ligação	3	
	CONTROLO E GESTÃO	Protecção contra o tráfego	Segurança para os peões	4	3,75
			Nível de receio face ao tráfego	4	
		Protecção contra o crime e a violência	Ambiente cheio de pessoas e heterogéneo	4	
			Iluminação	4	
			Sensação diurna	4	
			Sensação nocturna	3	
		Protecção contra experiências sensoriais desagradáveis	Grau de limpeza	4	
			Nível de poluição (sonora, atmosférica)	3	
REFERÊNCIA	IMAGEM	Possibilidade de reconhecer a imagem da cidade - sentido de pertencimento.	Presença de paisagens e elementos marcantes	4	4
			Presença de dispositivos de comunicação	4	
	CULTURAL E SIMBÓLICO	Proporciona a transmissão e manifestação de significados e simbolismos	acesso a valores espirituais (santuário, cemitério, etc.), ou culturais,	4	4
			formas de nomeação e memória (toponímia, património, memorial)	4	

Anexo 2 – Praça Duque de Saldanha

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
SUPORTE	ACESSO	Assegura o acesso ao próprio espaço público e a outros espaços construídos ou não construídos.	Facilidade de acesso entre espaço público e privado	4	4
			Acessível a todos	4	
	PROVISÃO INFRAESTRUTURAL	O espaço público é veículo para a instalação de redes de infra-estruturas de abastecimento e recolha	Redes de distribuição de energia, comunicações, e abastecimento de água	4	4
			Existência de um sistema de drenagem	4	
			Disponibilidade de recolha de resíduos e ecopontos	4	
	ACOLHIMENTO	Oportunidades para aproveitar aspectos positivos do clima	Oferece qualidade visual e relação intensa e aprazível com a envolvente	4	3,75
			Elementos verdes e presença de água	4	
		Experiências sensoriais positivas	Existência de sombras	4	
		Escala	Edifícios e espaços de acordo com a escala humana	3	
	REGULAÇÃO	Oferece serviços de regulação climática, proporcionando benefícios a partir de estruturas naturais ou artificiais que regulam as condições ambientais.	Presença de vegetação e cursos de água	4	4
			Soluções de retenção, desvio ou infiltração de água	4	
INTERAÇÃO	TROCAS	Actividades económicas	Qualidade dos espaços comerciais (atractivos e diversos)	5	4
			Comércio local, pequenos negócios	5	
		Actividades culturais	Eventos de bairro	4	
			Eventos ao longo ano	4	
		Actividades físicas	Equipamento existente (qualidade, quantidade, manutenção)	2	
		Fachadas	Interessantes, atractivas e diversas	4	
	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para caminhar	Espaços para caminhar com boas superfícies	4	3,5
			Ausência de obstáculos	3	
		Oportunidades para permanecer em pé	Apoio para pessoas em pé	4	
			Zonas atraentes para permanecer em pé	4	

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

Anexo 2.1 – Praça Duque de Saldanha

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
INTERACÇÃO	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para se sentar	Incorpora critérios de conforto, utilidade, ergonomia para os utentes	4	3,5
		Oportunidades para observar	Vistas desobstruídas e interessantes	3	
		Oportunidades para ouvir e conversar	Espaços para estar (qualidade, quantidade, manutenção)	4	
			Nível de ruído	2	
	MOBILIDADE	Ruas completas	Espaços compartilhados para peões, ciclistas, carros e transporte público	4	4
		Qualidade das ligações pedonais	Oferece facilidade de movimentação, e/ou de atravessamento e/ou ligação	4	
	CONTROLO E GESTÃO	Protecção contra o tráfego	Segurança para os peões	4	3,75
			Nível de receio face ao tráfego	4	
		Protecção contra o crime e a violência	Ambiente cheio de pessoas e heterogéneo	4	
			Iluminação	4	
			Sensação diurna	4	
			Sensação nocturna	3	
		Protecção contra experiências sensoriais desagradáveis	Grau de limpeza	4	
			Nível de poluição (sonora, atmosférica)	3	
REFERÊNCIA	IMAGEM	Possibilidade de reconhecer a imagem da cidade - sentido de pertencimento.	Presença de paisagens e elementos marcantes	5	5
			Presença de dispositivos de comunicação	5	
	CULTURAL E SIMBÓLICO	Proporciona a transmissão e manifestação de significados e simbolismos	acesso a valores espirituais (santuário, cemitério, etc.), ou culturais,	5	5
			formas de nomeação e memória (toponímia, património, memorial)	5	

Anexo 3 – Largo do Leão

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
SUPORTE	ACESSO	Assegura o acesso ao próprio espaço público e a outros espaços construídos ou não construídos.	Facilidade de acesso entre espaço público e privado	4	4
			Acessível a todos	4	
	PROVISÃO INFRAESTRUTURAL	O espaço público é veículo para a instalação de redes de infra-estruturas de abastecimento e recolha	Redes de distribuição de energia, comunicações, e abastecimento de água	4	4
			Existência de um sistema de drenagem	4	
			Disponibilidade de recolha de resíduos e ecopontos	4	
	ACOLHIMENTO	Oportunidades para aproveitar aspectos positivos do clima	Oferece qualidade visual e relação intensa e aprazível com a envolvente	4	3,5
			Elementos verdes e presença de água	3	
		Experiências sensoriais positivas	Existência de sombras	3	
	REGULAÇÃO	Oferece serviços de regulação climática, proporcionando benefícios a partir de estruturas naturais ou artificiais que regulam as condições ambientais.	Edifícios e espaços de acordo com a escala humana	4	3,5
			Presença de vegetação e cursos de água	4	
INTERAÇÃO	TROCAS	Actividades económicas	Soluções de retenção, desvio ou infiltração de água	3	3,5
			Qualidade dos espaços comerciais (atractivos e diversos)	4	
		Actividades culturais	Comércio local, pequenos negócios	4	
			Eventos de bairro	3	
		Actividades físicas	Eventos ao longo ano	3	
			Equipamento existente (qualidade, quantidade, manutenção)	3	
		Fachadas	Interessantes, atractivas e diversas	4	
	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para caminhar	Espaços para caminhar com boas superfícies	4	3,75
			Ausência de obstáculos	3	
		Oportunidades para permanecer em pé	Apoio para pessoas em pé	4	
			Zonas atraentes para permanecer em pé	4	

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

Anexo 3.1 – Largo do Leão

	CRITÉRIOS		INDICADORES	NOTA (1-5)	MÉDIA
INTERACÇÃO	ENCONTRO E RECREIO	Oportunidades para se sentar	Incorpora critérios de conforto, utilidade, ergonomia para os utentes	4	3,75
		Oportunidades para observar	Vistas desobstruídas e interessantes	4	
		Oportunidades para ouvir e conversar	Espaços para estar (qualidade, quantidade, manutenção)	4	
			Nível de ruído	3	
	MOBILIDADE	Ruas completas	Espaços compartilhados para peões, ciclistas, carros e transporte público	4	4
		Qualidade das ligações pedonais	Oferece facilidade de movimentação, e/ou de atravessamento e/ou ligação	4	
	CONTROLO E GESTÃO	Protecção contra o tráfego	Segurança para os peões	4	3,6
			Nível de receio face ao tráfego	4	
		Protecção contra o crime e a violência	Ambiente cheio de pessoas e heterogéneo	4	
			Iluminação	4	
			Sensação diurna	4	
			Sensação nocturna	3	
		Protecção contra experiências sensoriais desagradáveis	Grau de limpeza	3	
			Nível de poluição (sonora, atmosférica)	3	
REFERÊNCIA	IMAGEM	Possibilidade de reconhecer a imagem da cidade - sentido de pertencimento.	Presença de paisagens e elementos marcantes	4	4
			Presença de dispositivos de comunicação	4	
	CULTURAL E SIMBÓLICO	Proporciona a transmissão e manifestação de significados e simbolismos	acesso a valores espirituais (santuário, cemitério, etc.), ou culturais,	4	4
			formas de nomeação e memória (toponímia, património, memorial)	4	

Anexo 4 - Sugestões versus objectivos

LARGO DE SANTOS		
	Sugestões	Objectivos Definidos
<i>Articulação com a envolvente</i>	Reestruturação viária, concentrando o trânsito de atravessamento na Av. 24 de Julho e Av. Dom Carlos I, libertando assim a envolvente interior do Largo de Santos para o seu usufruto essencialmente pedonal.	Reordenamento do trânsito, destinando a via norte do jardim para Transportes Públicos, veículos de limpeza, de segurança e emergência;
<i>Espaço para o peão</i>	Alargamento dos espaços pedonais existentes e criação de novos espaços pedonais, ligando-os numa estrutura única de continuidade;	Aumento das áreas pedonais e de estadia;
	Criar um espaço geral único, interessante e bonito para quem o atravessa ou nele passeia, mas igualmente cativante para se permanecer, com pontos de estadia e esplanadas.	Instalação de esplanadas em frente aos estabelecimentos de restauração;
<i>Circulação e mobilidade</i>	Libertar a envolvente interior do Largo de Santos não só do trânsito de atravessamento, mas também do trânsito de estacionamento, muitas vezes excessivo e desregrado, especialmente à noite;	Instalação de quiosque e pedonalização do arruamento a nascente do largo, garantindo um acesso direto ao largo Vitorino Damásio;
	O parque subterrâneo do Largo Vitorino Damásio e outros parques adjacentes, designadamente à beira rio, devem concentrar a procura de estacionamento, em bolsas próprias e específicas, não incompatíveis com a circulação pedonal no casco histórico.	Criação de um amplo passeio público arborizado na Avenida 24 de Julho, complementado com uma ciclovía;
<i>Jardim</i>	Vedar o jardim de modo a que ele não se suje e degrade durante o período nocturno e para que possa ser valorizado na sua utilização principal diurna, com investimento em vegetação e no mobiliário urbano, nomeadamente de mais bancos e melhor iluminação, e mais especificamente com a introdução de uma zona de fitness e um parque infantil.	Instalação de novo mobiliário urbano e mais iluminação pública.

Anexo 4.1 – Sugestões *versus* objectivos

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

PRAÇA DUQUE DE SALDANHA		
Sugestões		Objectivos Definidos
<i>Articulação com a envolvente</i>	os participantes demonstraram preocupação com a articulação da intervenção com a envolvente urbana	Envolvimento dos actores-chave para dinamização da Praça.
<i>Espaço para o peão</i>	alargar os passeios e criar mais áreas de sombra através da integração de novos espaços verdes no espaço público.	Aumentar o espaço pedonal de estadia principal junto ao edifício;
	mais elementos de água, como bebedouros	
	outro tipo de mobiliário urbano, assim como bancos ou mesas para zonas de estadia.	
	arte na via pública.	Permitir áreas de esplanadas;
	mais espaços de esplanadas	
<i>Circulação e mobilidade</i>	introdução de ciclovias	Criação de ciclovias que estabelecerá a ligação do eixo Marquês de Pombal e Campo Grande
	menos estacionamento automóvel	Apostar na eliminação do estacionamento à superfície na Praça;
	impedir o estacionamento abusivo de automóveis e motos nos passeios, através da introdução de elementos dissuasores.	Cortar a ligação da Avenida Praia da Vitória
	diminuição da circulação automóvel e melhoria da circulação pedonal introduzindo atravessamentos pedonais mais directos e eficazes.	Integrar o percurso pedonal acessível entre as rotundas do Marques de Pombal e de Entrecampos;
<i>Transportes</i>	mais percursos para os autocarros da carris	Relocalizar a praça de táxis na Rua Praia Vitória
	retirar os táxis da praça.	
<i>Materiais</i>	utilização de pavimentos diferentes	Potenciar o efeito cénico da Praça no remate urbano da Avenida da República;
	retirar a calçada ou manter a calçada?	
	trocar o asfalto das zonas de estacionamento	

Anexo 4.2 – Sugestões *versus* objectivos

Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais.

Os casos de Lisboa

LARGO DO LEÃO		
Sugestões		Objectivos Definidos
<i>Articulação com a envolvente</i>	praça central de ligação entre a Pç. do Chile e a Av. Duque d'Ávila, replicação do projecto de requalificação desta avenida;	Criar um espaço, na zona central do Largo do Leão, que incentive ao convívio, com quiosque, esplanada e novas árvores;
	criação de uma praça central no Largo do Leão;	
	instalação de um quiosque com esplanada;	Dar um enquadramento coerente à Rua Visconde de Santarém, na sua ligação à Avenida Rovisco Pais;
<i>Espaço para o peão</i>	pedonalização do Largo do Leão	Melhorar e aumentar a área de circulação para peões, através do alargamento geral dos passeios, da criação de áreas pedonais confortáveis e da melhoria dos atravessamentos nas passadeiras;
	criação de uma zona de estadia, lazer e convívio;	
	espaço de leitura ao ar livre com apoio de biblioteca de rua;	
	possibilidade de introdução de um parque infantil no largo;	Criar espaços públicos que convidem à circulação e ao lazer, com novo mobiliário urbano, iluminação pública e mais árvores;
	espaço para a realização de pequenos espectáculos e representações teatrais ao ar livre;	
<i>Circulação e mobilidade</i>	ampliação da zona de tomada e largada de passageiros junto à escola;	Melhorar as condições de acessibilidade e de segurança, na escola Básica O Leão de Arroios, através do alargamento do passeio e da criação de uma zona para tomada e largada de passageiros;
	introdução da rede ciclável de modo contínuo e linear;	
	passeios mais largos e faixas de rodagem mais estreitas;	Melhorar a circulação rodoviária e pedonal, com destaque para a Rua Visconde de Santarém;
	relocalização da paragem de autocarros;	Criar novas paragens de autocarros;
	Rua Visconde de Santarém apenas com um sentido - descendente, Zona 30 com lombas, espaço de largada e tomada de crianças;	Melhorar a segurança rodoviária, através do ajustamento da sinalização e da semaforização;
<i>Estacionamento</i>	reordenamento do estacionamento;	Ordenar o estacionamento automóvel;
	zonas de estacionamento exclusivo para moradores;	
	estacionamento concessionado pela EMEL - colocação de parquímetros;	
	carregador eléctrico para viaturas;	